

DOCUMENTO METODOLÓGICO

VERSÃO 2.0

SETEMBRO 2011

Designação da operação estatística: Inquérito às Despesas das Famílias

Sigla da operação estatística: IDEF

Código da operação estatística: 332

Código SIGINE*: CV0017

Código da atividade estatística - CGA*: 297

Código de versão do DMET: 3.0

Data de entrada em vigor da versão do DMET: Janeiro 2015

Data da última atualização do DMET: Janeiro 2015

Entidade responsável pela operação estatística: INE/DES/CV

* - Para uso exclusivo nas operações da responsabilidade do INE.

ÍNDICE

I. I. IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA.....	2
I. 1 Designação da operação estatística	2
I. 2 Sigla (ou abreviatura) da operação estatística.....	2
I. 3 Código da operação estatística	2
I. 4 Código SIGINE	2
I. 5 Código da Atividade Estatística	2
I. 6 Código de Versão do Documento Metodológico.....	2
I.7 Data de entrada em vigor da versão do Documento Metodológico	2
I.8 Data da última atualização do Documento Metodológico	2
I.9 Entidade responsável pela operação estatística	3
I.10 Outras Entidades Externas relacionadas com a operação	3
II. JUSTIFICAÇÃO PARA UMA NOVA VERSÃO DO DOCUMENTO METODOLÓGICO	4
III. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES, OBJETIVOS E FINANCIAMENTO	5
III.1 Contexto da operação estatística	5
III.3 Objetivos da operação estatística	7
III.4 Financiamento da operação estatística	8
IV. CARACTERIZAÇÃO GERAL	9
IV.1 Tipo de operação estatística	9
IV.2 Tipo de fonte(s) de informação utilizada(s) na operação estatística.....	9
IV.3 Periodicidade da operação estatística	10
IV.4 Âmbito geográfico da operação estatística	10
IV. 5 Principais utilizadores da informação	11
IV.6 Difusão	11
IV.6.1 Padrão de disponibilização da informação	11
IV.6.2 Revisões.....	11
IV.6.3 Produtos de difusão regular	12
V. CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA	13
V.1 População-alvo	13
V.2 Base de amostragem	13
V. 3 Unidade (s) estatística (s) de observação	14
V. 4 Desenho da amostra.....	14
V.4.1 Características da amostra.....	14
V.4.2 Metodologia para a seleção, distribuição, atualização e dimensionamento da amostra	14
V.5 Construção do(s) questionário(s)	17
V.5.1 Testes de pré-recolha efetuados ao (s) questionário(s)	17
V.5.2 Tempo médio de preenchimento do(s) questionário(s)	17
V. 6 Recolha de dados.....	18
V.6.1 Recolha direta de dados	18
V.6.1.1 Período(s) de recolha.....	19
V. 6.1.2 Método(s)de recolha	20
V. 6.1.3 Critério para o fecho da recolha.....	20
V. 6.1.4 Possibilidade de inquirição “Proxy”	21
V. 6.1.5 Sessões informativas	22
V. 6.2 Recolha não-direta de dados	22
V.7 Tratamento de dados	23
V. 7.1 Validação e análise	23
V. 7.2 Tratamento de não respostas.....	23
V.7.3 Obtenção de resultados	24
V.7.4 Ajustamentos dos dados.....	26
V.7.5 Comparabilidade e coerência.....	26
V.7.6 Confidencialidade dos dados	27
VI. SUPORTES DE RECOLHA E VARIÁVEIS DE OBSERVAÇÃO	28
VII. VARIÁVEIS DERIVADAS	40
VIII. INDICADORES A DISPONIBILIZAR	41
IX. CONCEITOS	43
X. CLASSIFICAÇÕES	62
XI. SIGLAS E ABREVIATURAS.....	63
XII. BIBLIOGRAFIA	63

I. I. IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA

I. 1 Designação da operação estatística

Inquérito às Despesas das Famílias

I. 2 Sigla (ou abreviatura) da operação estatística

IDEF

I. 3 Código da operação estatística

332

I. 4 Código SIGINE

CV0017

I. 5 Código da Atividade Estatística

Área de atividade: 35 - Rendimento e Condições de Vida

Família de atividades: 351 - Estatísticas do Rendimento e Condições de Vida

Atividade estatística: 297 - Inquérito às Despesas das Famílias

I. 6 Código de Versão do Documento Metodológico

3.0

I.7 Data de entrada em vigor da versão do Documento Metodológico

Janeiro 2015

I.8 Data da última atualização do Documento Metodológico

Janeiro 2015

I.9 Entidade responsável pela operação estatística

INE

- **Unidade Orgânica (UO):** Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais/Condições de Vida (DES/CV)
- Técnico responsável
Nome: Eduarda Góis
Telefone: +351 218 46 62 37
E-mail: eduarda.gois@ine.pt

I.10 Outras Entidades Externas relacionadas com a operação

- **Entidade 1:** Eurostat
- Unidade Orgânica (UO): F-4 Quality of Life
- Técnico responsável
Nome: Steve Clarke
Telefone: +352 4301 32527
E-mail: steve.clarke@ec.europa.eu

II. JUSTIFICAÇÃO PARA UMA NOVA VERSÃO DO DOCUMENTO METODOLÓGICO

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

Nova versão:

- Alteração de variáveis de observação ☒
- Alteração de conceitos ☐
- Alteração de classificações ☒
- Alteração de produtos de difusão ☐
- Alteração de fontes estatísticas ☐
- Alteração do método de recolha ☐
- Alteração de âmbito na população ☐
- Alteração do desenho amostral ☒
- Outros motivos ☒
 - Especificar: Mudança da base de amostragem (Ficheiro Nacional de Alojamentos)

III. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES, OBJETIVOS E FINANCIAMENTO

III.1 Contexto da operação estatística

O Instituto Nacional de Estatística realiza em 2015 uma nova operação de recolha de dados sobre os orçamentos familiares. Trata-se de uma operação iniciada a nível nacional na década de sessenta, com utilização crescente em vários sectores nacionais e entidades internacionais, sendo uma das operações estatísticas mais consolidadas do Instituto Nacional de Estatística.

Deste conjunto de inquéritos fazem parte os inquéritos às receitas e despesas familiares (IRDF) realizados em 1967/68 e em 1980/81, o inquérito às despesas familiares realizado em 1973/74, os inquéritos aos orçamentos familiares (IOF) de 1989/90, 1994/95 e 2000, e os inquéritos às despesas das famílias (IDEF) de 2005/06 e 2010/11.

Tratando-se de matéria fundamental para a revisão da estrutura do Índice de Preços no Consumidor (IPC), o inquérito adota, tal como na edição anterior, a designação de Inquérito às Despesas das Famílias. Esta perspetiva é enquadrada pela distribuição dos rendimentos e alguns bens de conforto das famílias, o que, aliado a uma amostra representativa a nível regional, viabiliza uma caracterização da pobreza e desigualdade com algum detalhe territorial.

O inquérito permite ainda uma aproximação à dieta alimentar dos residentes através do estudo das quantidades de bens alimentares adquiridas.

Todas estas vertentes são utilizadas ao nível da União Europeia através do projeto *Household Budget Survey* que, apesar de não regulamentado, procura em antecipação a aplicação consensual dos principais conceitos (período de referência, rendimento total, rendimento monetário, despesa total, despesa monetária, indivíduo de referência), de uma lista harmonizada de tipos de consumo específica (Classificação Internacional do Consumo Individual por Objetivos, COICOP-HBS) e, mais recentemente, do uso de amostras representativas. Neste contexto, 2015 coincide com o período de referência preconizado pelo Eurostat, e assegura o conjunto atualizado de diretrizes disponibilizadas em junho de 2014.

Em 2015 é elaborada uma nova versão do documento metodológico, tendo em conta a adoção da versão atualizada da Classificação Internacional do Consumo Individual por Objetivos (versão 2013) e de uma base de amostragem baseada no Ficheiro Nacional de Alojamentos, construído em 2013 a partir dos resultados dos Censos 2011.

III. 2 Identificação das necessidades de informação estatística que justificam a operação

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

<ul style="list-style-type: none"> • Necessidades resultantes de obrigações legais: 	
<ul style="list-style-type: none"> ○ Legislação comunitária 	<input type="checkbox"/>
<div> <div>Especificar: _____</div> </div>	
<ul style="list-style-type: none"> ○ Compromissos perante organizações internacionais 	<input type="checkbox"/>
<div> <div>Especificar: _____</div> </div>	
<ul style="list-style-type: none"> ○ Legislação nacional 	<input type="checkbox"/>
<div> <div>Especificar: _____</div> </div>	
<ul style="list-style-type: none"> • Pedido direto de informação por parte do/de: 	
<ul style="list-style-type: none"> ○ Entidades públicas nacionais 	<input type="checkbox"/>
<ul style="list-style-type: none"> ○ Entidades comunitárias 	
<div> <div>- Programa Estatístico Europeu (PEE)</div> </div>	<input checked="" type="checkbox"/>
<div> <div>- Acordo informal (“Acordo de Cavalheiros”)</div> </div>	<input type="checkbox"/>
<ul style="list-style-type: none"> ○ Entidades privadas, nacionais ou estrangeiras 	<input type="checkbox"/>
<div> <div>Especificar: _____</div> </div>	
<ul style="list-style-type: none"> ○ Conselho Superior de Estatística (Recomendações, p.ex.) 	<input checked="" type="checkbox"/>
<div> <div>Especificar: 36ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística relativa ao Plano de atividades para o Sistema Estatístico Nacional 2014</div> </div>	
<div> <div>Resultado de inquéritos às necessidades dos utilizadores</div> </div>	<input type="checkbox"/>
<ul style="list-style-type: none"> • Necessidades de informação de outras operações estatísticas 	<input checked="" type="checkbox"/>
<ul style="list-style-type: none"> • Contrato/Protocolo específico com Entidade externa 	<input type="checkbox"/>
<ul style="list-style-type: none"> • Outras necessidades 	<input checked="" type="checkbox"/>
<ul style="list-style-type: none"> ○ Especificar: A informação do inquérito concorre para a atualização da estrutura de ponderação do Índice de Preços no Consumidor e para o apuramento da Balança Alimentar. 	

III.3 Objetivos da operação estatística

1. Determinar o volume e a estrutura da despesa das famílias, nomeadamente:
 - a. Determinar a estrutura de consumo para cálculo dos ponderadores do Índice de Preços no Consumidor,
 - b. Fornecer informação sobre consumo final das famílias às Contas Nacionais Portuguesas,
 - c. Fornecer informação sobre quantidades consumidas de bens alimentares para a construção da Balança Alimentar e para o apuramento das quantidades alimentares desenvolvida pela Direção Geral de Saúde e Consumidores (SANCO) da Comissão Europeia;
2. Avaliar as fontes e o valor do rendimento dos indivíduos, permitindo uma avaliação integrada dos rendimentos e despesas familiares com outros inquéritos realizados às famílias na vertente rendimentos, e a realização de estudos sobre as determinantes das decisões de despesa assentes no binómio rendimento-despesa;
3. Conhecer algumas das condições de habitabilidade, conforto e bens disponíveis das famílias residentes em Portugal.

III.4 Financiamento da operação estatística

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta única):

•	Financiamento total:	<input checked="checked" type="checkbox"/>
○	da Entidade responsável	
○	da União Europeia (EUROSTAT)	<input type="checkbox"/>
○	de outra Entidade	<input type="checkbox"/>
▪	Especificar: _____	
•	Cofinanciamento:	<input type="checkbox"/>
○	Entidade responsável e União Europeia	
○	Entidade responsável e outra Entidade (nacional ou externa à União Europeia)	<input type="checkbox"/>
▪	Especificar: _____	

IV. CARATERIZAÇÃO GERAL

IV.1 Tipo de operação estatística

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta única):

• Inquérito amostral	<input checked="" type="checkbox"/>
• Recenseamento	<input type="checkbox"/>
• Estudo estatístico	<input type="checkbox"/>

IV.2 Tipo de fonte(s) de informação utilizada(s) na operação estatística

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

• Fonte Direta	<input checked="" type="checkbox"/>
• Fonte Não-direta	
○ Fonte administrativa	<input type="checkbox"/>
○ Outra operação estatística	<input type="checkbox"/>
○ Outra	<input type="checkbox"/>
• Especificar: _____	

IV.3 Periodicidade da operação estatística

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta única):

• Mensal	<input type="checkbox"/>
• Trimestral	<input type="checkbox"/>
• Semestral	<input type="checkbox"/>
• Anual	<input type="checkbox"/>
• Bienal	<input type="checkbox"/>
• Trienal	<input type="checkbox"/>
• Quadrienal	<input type="checkbox"/>
• Quinquenal	<input checked="" type="checkbox"/>
• Decenal	<input type="checkbox"/>
• Não periódico	<input type="checkbox"/>
• Outra	<input type="checkbox"/>
Especificar: _____	

IV.4 Âmbito geográfico da operação estatística

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

• Continente	<input type="checkbox"/>
• Região Autónoma da Madeira	<input type="checkbox"/>
• Região Autónoma dos Açores	<input type="checkbox"/>
• País	<input checked="" type="checkbox"/>
• Outro	<input type="checkbox"/>
Especificar: _____	

IV. 5 Principais utilizadores da informação

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

Utilizadores do Sistema Estatístico Nacional

- INE ☒
- Banco de Portugal ☐
- Direção Regional de Estatística da Madeira ☒
- Serviço Regional de Estatística dos Açores ☒
- Entidades com delegação de competências ☐

Especificar: _____

Outros utilizadores nacionais

Especificar: Empresas, Pessoas Singulares, Comunicação Social, Investigadores ☒

Utilizadores Comunitários e outros Internacionais

Especificar: União Europeia: Serviço de Estatística das Comunidades Europeias (Eurostat) e Direção Geral de Saúde e Consumidores (SANCO); Organizações Internacionais: Organização Mundial de Saúde (OMS), Nações Unidas, Comissão Económica para a Europa (UNECE) e Alto Comissariado para os Direitos Humanos (OHCHR) ☒

IV.6 Difusão

IV.6.1 Padrão de disponibilização da informação

Ano $n+2$, sendo n o ano de referência dos dados relativos às despesas.

IV.6.2 Revisões

Não previstas.

IV.6.3 Produtos de difusão regular

Preencher o seguinte quadro:

Produtos a disponibilizar			
Tipo de produto	Designação do produto	Periodicidade de disponibilização	Nível geográfico (desagregação geográfica máxima) **
. Destaque	<i>Inquérito às Despesas das Famílias</i>	Quinquenal	NUTS II
. Publicação	<i>Inquérito às Despesas das Famílias</i>	Quinquenal	NUTS II
. Indicadores estatísticos	<i>Indicadores no Portal de Estatísticas Oficiais + Quadros pré-definidos + Quadros a pedido</i>	Quinquenal	NUTS II
. Ficheiro de microdados*	<i>Base de micro-dados (anonimizados)</i>	Quinquenal	Agregados familiares e indivíduos.

* A disponibilizar em condições específicas.

** No caso de ficheiro de micro dados no “nível geográfico” indica-se a unidade estatística dos dados.

V. CARATERIZAÇÃO METODOLÓGICA

V.1 População-alvo

A população-alvo é o conjunto de todos os agregados familiares que no período de referência residem no território nacional.

V.2 Base de amostragem

Indicar a base de amostragem utilizada, assinalando uma cruz (X) no quadrado correspondente (resposta única):

• Alojamentos	<input checked="" type="checkbox"/>
• Empresas (excluindo as agrícolas)	<input type="checkbox"/>
○ Conjuntura (os dados recolhidos reportam-se ao ano corrente)	<input type="checkbox"/>
○ Estrutura (os dados recolhidos reportam-se a anos anteriores)	<input type="checkbox"/>
• Explorações agrícolas	<input type="checkbox"/>
• Estabelecimentos	<input type="checkbox"/>
○ Conjuntura (os dados recolhidos reportam-se ao ano corrente)	<input type="checkbox"/>
○ Estrutura (os dados recolhidos reportam-se a anos anteriores)	<input type="checkbox"/>
• Veículos	<input type="checkbox"/>
• Instituições sem fins lucrativos	<input type="checkbox"/>
• Administrações Públicas	<input type="checkbox"/>
• Outras	<input type="checkbox"/>
○ Especificar: _____	
○ Indicar a unidade amostral:	

V. 3 Unidade (s) estatística (s) de observação

Agregado doméstico privado e indivíduo

V. 4 Desenho da amostra

V.4.1 Características da amostra

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

Características da amostra:

- Probabilística
 - Estratificada ☒
 - Por conglomerados ☒
 - Multietápica ☒
- Não probabilística ☐
- Transversal ☒
- Longitudinal (painel, amostra rotativa) ☐
- Outra ☐

Especificar: _____

V.4.2 Metodologia para a seleção, distribuição, atualização e dimensionamento da amostra A amostra do IDEF foi dimensionada de modo independente para cada uma das sete regiões NUTS II (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos de 2002).

Foi utilizada a informação do IDEF realizado em 2010/2011, calculando-se a dimensão da amostra tomando em consideração, de um modo independente, as variáveis despesa total, rendimento total e monetário, e ainda as Divisões COICOP (1º nível).

Para o conjunto de valores obtidos, foram construídos e analisados diferentes cenários, tendo-se optado por aquele que garante:

- Um erro relativo de amostragem a priori de 2% para o País e para o total da despesa monetária, cenário bastante mais favorável do que o considerado na edição anterior (8%);
- À semelhança do inquérito anterior, erros relativos de amostragem a nível regional menos exigentes, com valores máximos de 10% para a Divisão COICOP determinante nas regiões com maior peso – Norte e Lisboa e que, excluindo a Divisão 10 relativa às despesas em educação, não excedem 20% para as restantes regiões.
- Um erro relativo de amostragem a priori de 2% para o País e para o rendimento total e rendimento monetário, com valores entre 3% e 6% para as regiões NUTS II.
- De modo a compensar desatualizações da base de amostragem, a dimensão obtida anteriormente foi reforçada de modo que o número final de entrevistas conseguidas venha a ser o inicialmente previsto.

Seleção e distribuição da amostra

A base de amostragem utilizada para o IDEF foi extraída do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA), construído em 2013 a partir dos Censos 2011. A seleção da amostra seguiu um esquema de amostragem estratificado por NUTS II e multietápico, em que as unidades primárias (PSU¹), constituídas geograficamente por uma ou mais células contíguas da grid INSPIRE² de 1km², foram selecionadas sistematicamente com probabilidade proporcional à dimensão do número de alojamentos de residência principal; as unidades secundárias (alojamentos) foram selecionadas sistematicamente dentro das unidades da 1ª etapa.

¹ Primary Sampling Unit

² GRID oficial desenvolvida pelo EUROSTAT para o território europeu - **Grid_ETRS89_LAEA_1K**.

Dentro das unidades secundárias não se realiza qualquer amostragem, dado que se recolhe informação sobre todos os agregados familiares e sobre todos os indivíduos que aí tenham a sua residência principal.

Uma vez que a seleção dos alojamentos foi efetuada em duas etapas, o cálculo das respetivas probabilidades teve em conta as seguintes componentes:

- probabilidade de seleção das PSU;
- probabilidade (condicionada) de seleção dos alojamentos nas PSU.

Assim, a probabilidade de seleção de cada alojamento k (π_k) foi calculada da seguinte forma:

$$\pi_k = \pi_{k|jh} = \begin{cases} \frac{A_{jh}}{I_h} \times \frac{n_{jh}}{A_{jh}} = n_{jh} \times \frac{n_h}{A_h}, & \text{se } A_{jh} \leq I_h \\ \frac{n_{jh}}{A_{jh}}, & \text{c. c.} \end{cases}$$

onde,

$\pi_{k|jh}$ - Probabilidade (condicionada) de seleção do alojamento k pertencente à PSU j no estrato h ;

A_{jh} - Número de alojamentos de residência principal da PSU j no estrato h ;

I_h - Passo da seleção sistemática da 1ª etapa no estrato h ;

n_{jh} - Número de alojamentos de residência principal a selecionar na PSU j no estrato h ;

n_h - Número de PSU a selecionar no estrato h ;

A_h - Número de alojamentos de residência principal no estrato h .

O inverso da probabilidade de seleção de cada unidade, designa-se por ponderador inicial ou *design weight* dessa unidade.

De modo a minimizar os efeitos sazonais nos resultados do inquérito, foi assegurada uma dispersão temporal e geográfica das unidades de alojamento da amostra. Tendo em consideração que o período de observação de cada agregado familiar é de uma quinzena, as unidades de alojamento foram distribuídas de um modo uniforme pelas 26 quinzenas, que constituem, no seu conjunto, o período de recolha do inquérito – um ano.

A distribuição da amostra final em termos de unidades de alojamento (UA) por região é a seguinte:

Região	PSU ³	UA
Norte	340	3 400
Centro	227	2 270
Lisboa	255	5 100
Alentejo	84	1 680
Algarve	84	1 680
R .A. Açores	103	2 060
R. A. Madeira	80	1 600
País	1 173	17 790

V.5 Construção do(s) questionário(s)

V.5.1 Testes de pré-recolha efetuados ao (s) questionário(s)

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

• Testes de gabinete	<input checked="" type="checkbox"/>
• Testes de campo	<input type="checkbox"/>
• Testes específicos para questionários eletrónicos	<input type="checkbox"/>
• No âmbito de Inquérito-piloto	<input type="checkbox"/>
• Não foram efetuados testes de pré-recolha	

V.5.2 Tempo médio de preenchimento do(s) questionário(s)

- 1ª visita – angariação e explicações de preenchimento: cerca de 15 minutos
- 2ª visita – recolha dos dados do alojamento, agregado e indivíduos: cerca de 60 minutos

³ *Primary Sampling Unit* - unidades primárias de seleção.

- 3ª visita – recolha de consumo retrospectivo (consumos mensais, trimestrais e anuais) e acompanhamento do preenchimento das cadernetas de consumo quinzenal: cerca de 60 minutos
- 4ª a 6ª visita - acompanhamento do preenchimento das cadernetas de consumo quinzenal: variável em função do volume de compras/autoconsumo/autoabastecimento e proficiência dos agregados/indivíduos em organizarem e registarem os seus consumos
- Preenchimento informático das cadernetas de consumo quinzenal pelo entrevistador do INE: variável em função do volume de consumos dos agregados/indivíduos.

V. 6 Recolha de dados

V.6.1 Recolha direta de dados

- É efetuado um contacto inicial através do envio de uma carta aos alojamentos selecionados para a amostra, informando sobre os objetivos do inquérito e procedimentos de recolha, bem como de um folheto com a descrição das principais características do inquérito, resultados disponíveis e contatos.
- A recolha dos dados sobre o alojamento, agregado, indivíduos, educação, conforto e bens de equipamento, receitas monetárias líquidas e despesas de consumo retrospectivas (mensal, trimestral e anual) é efetuada através de entrevista direta com computador (CAPI).
- A recolha dos dados sobre as despesas diárias efetuadas pelo agregado e pelos seus membros, durante os 14 dias de recolha para que foi selecionado, é efetuada através do preenchimento de cadernetas em papel, que são fornecidas pelo entrevistador e que permanecem na posse

dos respondentes durante a quinzena de recolha. Posteriormente estes dados são registados informaticamente pelo entrevistador.

V.6.1.1 Período(s) de recolha

O período de recolha será de um ano (a partir de 2 de março de 2015), sendo que cada agregado selecionado, e os membros que o compõem, são objeto de recolha de dados durante 14 dias.

V. 6.1.2 Método(s) de recolha

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

Recolha por entrevista:	
• Presencial com Computador (“CAPI”)	<input checked="" type="checkbox"/>
• Presencial sem Computador	<input type="checkbox"/>
• Telefónica com Computador (“CATI”)	<input type="checkbox"/>
• Telefónica sem Computador	<input type="checkbox"/>
Recolha por autopreenchimento:	
• Questionário Eletrónico (WebInq)	<input type="checkbox"/>
• Transmissão Eletrónica de um Ficheiro com estrutura de dados pré-definida (inclui Excel e aplicação)	<input type="checkbox"/>
• Questionário em Papel	<input checked="" type="checkbox"/>
Recolha por observação direta	<input type="checkbox"/>

V. 6.1.3 Critério para o fecho da recolha

Em cada quinzena, através da avaliação do desvio no número de entrevistas conseguidas em relação ao número de unidades de alojamento selecionadas com reforço e ao número mínimo de entrevistas a conseguir (pré-determinado no quadro de dimensionamento da amostra em função dos erros relativos de amostragem *a priori*).

V. 6.1.4 Possibilidade de inquirição “Proxy”

Assinalar uma cruz (X) no quadrado correspondente (resposta única):

<ul style="list-style-type: none">• Sim○ Especificar o critério:<ul style="list-style-type: none">. A caderneta de consumos diários do agregado destina-se ao registo das despesas correntes do agregado familiar como um todo e de cada um dos seus membros individualmente. Deve ser preenchida pelo representante do agregado que será a pessoa da família com pelo menos 18 anos, ou menor emancipado ou a trabalhar, que habitualmente faça as compras da casa e/ou tenha mais disponibilidade para responder.. A caderneta de consumos diários individuais destina-se ao registo das despesas individuais dos membros do agregado com 18 ou mais anos que optaram por preencher as suas despesas de forma autónoma. Consequentemente será obrigatoriamente preenchida pelo próprio.. Todos os dados individuais relativos aos menores (indivíduos com menos de 18 anos no final de 2014 exceto se emancipados ou a trabalhar) devem ser respondidos pelo representante do agregado. Todos os dados individuais relativos a adultos que estão impossibilitados de responder (ausência temporária, doença, etc.) devem ser respondidos pelo representante do agregado.	<input checked="" type="checkbox"/>
<ul style="list-style-type: none">• Não	<input type="checkbox"/>

V. 6.1.5 Sessões informativas

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

	Assegurada pela Estrutura Nacional	Em "cadeia"/ Estrutura Regional
• Sessão informativa inicial		
o Sessão informativa específica	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
o Sessão informativa genérica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Sessão informativa de reciclagem		
o Sessão informativa específica	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
o Sessão informativa genérica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

V. 6.2 Recolha não-direta de dados

Não aplicável.

V.7 Tratamento de dados

V. 7.1 Validação e análise

1. Identificar os tipos de validações efetuadas aos dados (resposta múltipla):

- Regras de domínio ☒
- Regras de coerência ☒
- Regras de estrutura ☒

2. Fazer uma breve descrição dos métodos utilizados na análise dos dados recolhidos.

O controlo de qualidade da informação será feito em dois momentos. Num primeiro momento, a validação dos dados é efetuada na fase de registo, através de um conjunto de processos de validação incluídos na aplicação informática de registo. Num segundo momento é efetuada através da crítica da coerência global da informação registada, através da utilização do *software Business Intelligence* sobre a cópia de dados do ambiente operacional (BIS). Para que os questionários sejam considerados como finalizados, todas as incoerências do tipo "Erro fatal" têm que estar resolvidas. Numa última fase procede-se ao tratamento e análise de dados com recurso ao SPSS.

3. Descrever as metodologias para medir os erros de medida e de processamento.
Não aplicável.

V. 7.2 Tratamento de não respostas

- não respostas totais: por reponderação, o cálculo do ponderador final incorpora um fator de correção para as não respostas totais.
- não respostas parciais: as componentes do rendimento são imputadas de acordo com parâmetros legais (prestações sociais, por exemplo) sempre que existam.

V.7.3 Obtenção de resultados

O cálculo das estimativas tem como base a aplicação a cada unidade estatística (agregado/indivíduo) de um ponderador calculado em duas fases:

- 1ª fase: Determinação de um ponderador inicial, a nível de região NUTS II, baseado no estimador de Horvitz-Thompson, dado pelo inverso da probabilidade de seleção de cada unidade amostral – alojamento. De modo a compensar o efeito das não respostas foi ainda aplicado um fator de correção;
- 2ª fase: Correção dos ponderadores iniciais aplicando o método de ajustamento por margens, para cada uma das regiões, de modo a que a distribuição dos efetivos ponderados pelos valores das variáveis consideradas no ajustamento, seja idêntica à estrutura no universo correspondente.

Utilizam-se como margens as seguintes variáveis, cujos valores foram obtidos a partir de estimativas, assim como a partir dos resultados do último ICOR para a estrutura das classes do nível de escolaridade do indivíduo de referência do agregado:

- Total de famílias, por dimensão da família (número de indivíduos: 1, 2, 3, 4 e mais);
- Total de famílias, por tipo de aglomeração geográfica do alojamento a que a família pertence (urbana, não urbana);
- Total de famílias, por quatro níveis de escolaridade do indivíduo de referência do agregado (tendo como base a estrutura do ICOR);
- Total de indivíduos, por cinco escalões etários (0-14 anos, 15-24 anos, 25-44 anos, 45-64 anos, 65 e mais anos) cruzados com o sexo;
- Total de indivíduos, por quatro níveis de escolaridade (nenhum, ensino básico, ensino secundário, ensino superior).

A utilização simultânea de variáveis de agregado e indivíduo no método de ajustamento por margens garante a consistência das estimativas obtidas a partir dos ponderadores associados a estas unidades.

A precisão associada a um estimador $\hat{\theta}$ é definida pela proximidade entre a respetiva estimativa e o seu valor real θ (geralmente desconhecido), podendo esta ser medida em termos absolutos (variância ou desvio-padrão) ou em termos relativos (coeficiente de

variação). O coeficiente de variação (cv) de um estimador é dado pelo quociente entre a estimativa do desvio padrão do estimador e a estimativa do parâmetro. Genericamente, o coeficiente de variação (em %) é dado por:

$$cv(\hat{\theta}) = \frac{\sqrt{\text{var}(\hat{\theta})}}{\hat{\theta}} \times 100\%$$

A complexidade do esquema de amostragem associada ao tipo de estimadores (que se podem classificar lineares ou não lineares), impede na maior parte das vezes a aplicação de fórmulas específicas para o cálculo das variâncias, razão pela qual existem métodos que permitem obter valores aproximados. O INE dispõe de um programa desenvolvido em SAS, denominado CALJACK, que possibilita o cálculo de variâncias para as estimativas de totais (estimadores lineares); estimativas de quocientes de totais e ainda diferenças de quocientes (estimadores não lineares) recorrendo ao método *Jackknife*.

Este consiste em dividir aleatoriamente a amostra em g grupos de igual dimensão e constituir subamostras, denominadas réplicas, retirando à amostra completa cada um dos grupos (um grupo pode ser constituído por uma ou várias unidades de observação). A partir de cada subamostra determina-se uma estimativa da característica aplicando a mesma metodologia subjacente à amostra completa. O estimador da variância é dado por:

$$\text{var}(\hat{\theta}) = \frac{(g-1)}{g} \sum_{\alpha=1}^g (\hat{\theta}_{\alpha} - \hat{\theta})^2$$

onde $\hat{\theta}$ é um estimador de θ (calculado sobre a amostra total) e $\hat{\theta}_{\alpha}$ o estimador de θ para a réplica α .

Para além de se definirem indicadores baseados em estimativas de totais ou de quocientes de totais, foram definidos indicadores mais complexos cujas variâncias não podem ser diretamente calculadas pelo CALJACK, como acontece com os indicadores de pobreza e distribuição de rendimentos.

Neste caso, aplicam-se previamente técnicas de linearização que consistem em construir, a partir de uma estimativa não linear, uma estimativa linear com a mesma variância assintótica. Existem contudo, duas teorias subjacentes a esta técnica: a clássica (baseada nas séries de Taylor e aplicável a estimadores não lineares diferenciáveis) e uma outra baseada na função de influência (aplicável a uma classe de estimadores mais abrangente).

As características dos estimadores calculados sobre pobreza e desigualdade na distribuição do rendimento justificam a aplicação da técnica de linearização baseada na função de influência.

V.7.4 Ajustamentos dos dados

Não aplicável.

V.7.5 Comparabilidade e coerência

1. Comparabilidade temporal

O Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016 assegura a comparabilidade com os dois inquéritos anteriores realizados no âmbito da série IDEF (IDEF 2005/2006 e IDEF 2010/2011).

Por outro lado, a similitude entre as metodologias utilizadas nas sucessivas operações estatísticas no âmbito dos Orçamentos Familiares (IOF e IDEF) permite assegurar uma série de dados desde 2000, estabelecer uma análise comparativa dos resultados e identificar tendências.

2. Outros tipos de comparabilidade

A metodologia associada aos dados sobre o rendimento assegura a comparabilidade com os resultados sobre a distribuição do rendimento monetário disponível apurada no âmbito do ICOR, nomeadamente os relativos a pobreza e desigualdade económica.

V.7.6 Confidencialidade dos dados

1. Indicar se a operação estatística é objeto de tratamento de confidencialidade dos dados (resposta única):

- Sim ☒
- Não ☐

2. Se responder “sim” completar a resposta de acordo com a instrução de preenchimento.

A recolha, tratamento e divulgação dos dados estatísticos é feita de acordo com o estabelecido pela Lei 22/2008 de 13 de maio (Lei do SEN), designadamente o artigo 6º, que estabelece a aplicação do princípio do segredo estatístico a toda a informação que permita individualizar unidades estatísticas.

Assim, são aplicados métodos de controlo da divulgação estatística de forma a não permitir a identificação direta ou indireta das unidades estatísticas, designadamente através da supressão, *coding* ou *grouping* de variáveis.

Software Utilizado: mu-ARGUS.

VI. SUPORTES DE RECOLHA E VARIÁVEIS DE OBSERVAÇÃO

1. Suporte de Recolha

Inquérito às Despesas das Famílias – nº de registo 10234



Adobe Acrobat
Document



Adobe Acrobat
Document



Adobe Acrobat
Document



Adobe Acrobat
Document



Adobe Acrobat
Document

2.

3. Entidade inquirida

Agregado doméstico privado e indivíduo

4. Variáveis de observação

A informação referente às variáveis de observação listadas tem carácter provisório. Será posteriormente revista e validada, quando do seu registo no SMI.

Número registado suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
10234	9437	(28-06-2011)	Número de ordem dos residentes	Indivíduo	185 (11-04-2003)	-	-	-	Número =>[1-20]	n.a
10234			Número de ordem do respondente	Indivíduo	185 (11-04-2003)	-	-	-	Número =>[1-20]	n.a
10234			Existência (Sim/Não) de orçamento comum	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia sim/não	1	Código	
10234			Quem partilha orçamento comum	ADP	159 (11-04-2003)				Nome	
10234	19	(01-01-2005)	Sexo	Indivíduo	185 (11-04-2003)	V00153	sexo	2	Código	
10234			Data de nascimento	Indivíduo	185 (11-04-2003)	-	-	-	Data	
10234	1164	(11-03-2013)	Dia de Nascimento	Indivíduo	185 (11-04-2003)	-	-	-	Dia	Dia

					2003)					
10234	1164	(11-03-2013)	Mês de nascimento	Indivíduo	185 (11-04-2003)	-	-	-	Mês	Mês
10234			Ano de nascimento	Indivíduo	185 (11-04-2003)				Ano	Ano
10234			Idade à data da entrevista	Indivíduo	185 (11-04-2003)	-	-	-	Quantidade	Ano
10234			Vive sozinho (sem partilhar as despesas de alojamento e alimentação)	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia sim/não	1	Código	
10234			Agregado constituído há pelo menos um ano	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia sim/não	1	Código	
10234			Nome do membro que entrou para o agregado	Indivíduo	185 (11-04-2003)				Nome	
10234			Mês em que o membro do agregado entrou	Indivíduo	185 (11-04-2003)				Mês	Mês
10234			Ano em que o membro do agregado entrou	Indivíduo	185 (11-04-2003)				Ano	Ano
10234			Saída de membros do agregado	Indivíduo	185 (11-04-2003)	V00180	Tipologia sim/não	1	Código	
10234			Membro que saiu do agregado	Indivíduo	185 (11-04-2003)				Número =>[1-20]	n.a
10234			Mês em que o membro do agregado saiu	Indivíduo	185 (11-04-2003)				Mês	Mês
10234			Ano em que o membro do agregado saiu	Indivíduo	185 (11-04-2003)				Ano	Ano
10234			Disponibilidade do respondente para responder	Indivíduo	185 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
10234			Disponibilidade do residente para responder	Indivíduo	185 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	

10234			Identificação do respondente do questionário individual	Indivíduo	185 (11-04-2003)	V03106	Tipos de respondente (3)	1	Código	
10234			Motivo da entrevista não conseguida	Indivíduo	185 (11-04-2003)	V03102	Resultado do contato/entrevista (indivíduo, ICOR 2)	1	Código	
10234			Estar ausente durante as duas semanas	Indivíduo	185 (11-04-2003)	V02379	Tipologia Sim/Não	2	Código	
10234			Número de ordem do respondente ao questionário individual (proxy)	Indivíduo	185 (11-04-2003)				Número =>[1-20]	n.a.
10234			Confirma data de nascimento	Indivíduo	185 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
10234			Confirma dia de nascimento	Indivíduo	185 (11-04-2003)				Dia	Dia
10234			Confirma mês de nascimento	Indivíduo	185 (11-04-2003)				Mês	Mês
10234			Confirma ano de nascimento	Indivíduo	185 (11-04-2003)				Ano	Ano
10234			Confirma idade à data da entrevista	Indivíduo	185 (11-04-2003)				Quantidade	Ano
10234			Vive com o cônjuge/companheiro(a)	Indivíduo com 16 ou mais anos		V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
10234			Legalmente casado/união de facto	Indivíduo com 16 ou mais anos		A criar			Código	
10234			Número de ordem do cônjuge/companheiro(a)	Indivíduo com 16 ou mais anos					Número =>[1-20]	n.a.
10234			Vive com o pai/padrasto	Indivíduo	185 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	

10234			Número de ordem do pai/padrasto	Indivíduo	185 (11-04-2003)				Número =>[1-20]	n.a.
10234			Vive com a mãe/madrasta	Indivíduo	185 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
10234			Número de ordem da mãe/madrasta	Indivíduo	185 (11-04-2003)				Número =>[1-20]	n.a.
10234	1693	(24-01-2006)	Estado civil	Indivíduo	185 (11-04-2003)	V00263	Estado Civil – variante 2	2	Código	
10234	9642	(22-08-2011)	Nacionalidade portuguesa	Indivíduo	185 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
10234	455	(01-01-2005)	Nacionalidade	Indivíduo	185 (11-04-2003)	V00460 (ISOAlpha2)	ISO 3166-1 – Norma Internacional – Códigos para a Representação dos Nomes dos Países (ISO alpha2)	1	Código	
10234	9493	(22-08-2011)	Naturalidade portuguesa	Indivíduo	185 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
10234			País de nascimento	Indivíduo	185 (11-04-2003)	V00460 (ISOAlpha2)	ISO 3166-1 – Norma Internacional – Códigos para a Representação dos Nomes dos Países (ISO alpha2)	1	Código	
10234			Atividade atual no que respeita ao ensino	Indivíduo	185 (11-04-2003)	V02379	Tipologia Sim/Não	2	código	
10234			Nível de escolaridade a frequentar	Indivíduo	185 (11-04-2003)	V00786	Níveis de educação (iniciados) - variante 14	2	Código	
10234	4555	(18-04-2008)	Nível de escolaridade completo	Indivíduo	185 (11-04-2003)	V00785	Níveis de educação - variante 12	2	Código	
10234			Equivalência ao nível de escolaridade completo	Indivíduo	185 (11-04-2003)	V02686	Lista de Níveis de educação/ cursos extintos, 2012 (lista	1	Código	

							cumulativa)			
10234			Ano em que foi atingido o nível de escolaridade mais elevado	Indivíduo	185 (11-04-2003)				Ano	Ano
10234			Há quantos anos terminou o [nível mais elevado completo]	Indivíduo	185 (11-04-2003)				Quantidade	Ano
10234	9611	(01-09-2011)	Idade com que terminou o [nível mais elevado completo]	Indivíduo	185 (11-04-2003)				Quantidade	Ano
10234			A licenciatura que completou era pós-Bolonha (1º Ciclo)?	Indivíduo	185 (11-04-2003)	V03308	Tipologia sim/não (sim, era pós-Bolonha; não sabe)	1	Código	
10234			A licenciatura que completou era de 3 anos ou era de mais de 3 anos?	Indivíduo	185 (11-04-2003)	V03309	Escalões etários (duração da licenciatura completada)	1	Código	
10234	1234	(12-03-2014)	Condição perante o trabalho	Indivíduo com 16 ou mais anos		V03093	Condição perante o trabalho (ICOR 5)	1	Código	
10234			Ano anterior na mesma condição perante o trabalho?	Indivíduo com 16 ou mais anos		V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
10234			Condição perante o trabalho ano anterior	Indivíduo com 16 ou mais anos		V03093	Condição perante o trabalho (ICOR 5)	1	Código	
10234			Já teve algum emprego ou profissão?	Indivíduo com 16 ou mais anos		V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
10234	61	(01-01-2005)	Profissão descritivo	Indivíduo com 16 ou mais anos					Nome	
10234			Situação na profissão	Indivíduo com 16 ou mais anos		A criar			Código	
10234			Ter empregados ao serviço	Indivíduo com 16 ou		V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	

				mais anos						
1023 4			Tipo de contrato de trabalho sem termo ou com termo	Indivíd uo com 16 ou mais anos		V03144	Tipos de contrato de trabalho - variante 9	1	Código	
1023 4			Ter trabalho a tempo inteiro	Indivíd uo com 16 ou mais anos		V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Ter trabalho a tempo parcial	Indivíd uo com 16 ou mais anos		V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4	8600	(06- 01- 2012)	CAE-REV.3			V00554	Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3	2	Código	
1023 4			Atividade descritivo	Indivíd uo com 16 ou mais anos					Nome	
1023 4			Natureza jurídica da empresa ou organização onde exerce a sua profissão principal?	Indivíd uo com 16 ou mais anos		A criar			Código	
1023 4			Indivíduo menor de 16 anos teve alguma fonte de rendimento própria e independente, em 2014?	Indivíd uo com menos de 16 anos		V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Valor líquido anual recebido	Indivíd uo com menos de 16 anos					Valor => [1- 999999]	Euro
1023 4			Obteve Rendimentos do Trabalho em 2014?	Indivíd uo com 16 ou mais anos		V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Obteve Rendimentos de Propriedade em 2014?	Indivíd uo com 16 ou mais anos		V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Obteve Rendimentos	Indivíd uo com		V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	

			de Capital em 2014?	16 ou mais anos						
10234			Obteve Transferências Regulares: Pensões em 2014?	Indivíduo com 16 ou mais anos		V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
10234			Obteve Outras Transferências Regulares em 2014?	Indivíduo com 16 ou mais anos		V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
10234			Obteve Transferências não Regulares em 2014?	Indivíduo com 16 ou mais anos		V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
10234			Número de ordem do indivíduo do agregado doméstico privado titular do alojamento	Indivíduo com 16 ou mais anos					Número =>[1-20]	n.a.
10234			Regime de ocupação do alojamento	ADP	159 (11-04-2003)	V01939	Regime de ocupação do alojamento (IDEF)	2	Código	
10234			Proprietário com crédito à habitação ou sem crédito à habitação?	ADP	159 (11-04-2003)	A criar			Código	
10234			Regime de renda de habitação	ADP	159 (11-04-2003)	V03095	Regime de renda de habitação	1	Código	
10234			Prestações por créditos à habitação principal pagos	ADP	159 (11-04-2003)	V02379	Tipologia Sim/Não	2	Código	
10234			Créditos à habitação principal - valor da última prestação mensal paga	ADP	159 (11-04-2003)				Valor => [1-999999]	Euro
10234			Crédito à habitação principal - escalão de valor total da última prestação mensal paga	ADP	159 (11-04-2003)	V01651	Escalões mensais de renda/ prestação de crédito à habitação (ICOR, €)	1	Código	
10234			Crédito à habitação principal -	ADP	159 (11-04-				Valor => [1-999999]	Euro

			valor mensal de juros da última prestação		2003)					
10234			Crédito à habitação principal - escalão de valor mensal de juros da última prestação	ADP	159 (11-04-2003)	V01651	Escalões mensais de renda/ prestação de crédito à habitação (ICOR, €)	1	Código	
10234			Valor mensal da renda subjetiva do alojamento	ADP	159 (11-04-2003)				Valor => [1-999999]	Euro
10234			Escalão do valor mensal da renda subjetiva do alojamento	ADP	159 (11-04-2003)	V01651	Escalões mensais de renda/ prestação de crédito à habitação (ICOR, €)	1	Código	
10234			Renda atual relativa ao alojamento ocupado, se aplicável	ADP	159 (11-04-2003)				Valor => [1-999999]	Euro
10234			Subsídio de renda ou outro contributo semelhante do Estado	ADP	159 (11-04-2003)	V02379	Tipologia Sim/Não	2	Código	
10234			Subsídio de renda ou outro contributo semelhante do Estado - valor mensal	ADP	159 (11-04-2003)				Valor => [1-999999]	Euro
10234			Ano do contrato ou da compra ou em que o agregado se instalou	ADP	159 (11-04-2003)				Ano	Ano
10234			Divisões habitáveis disponíveis	ADP	159 (11-04-2003)				Quantidade	Número
10234			Superfície útil disponível do alojamento	ADP	159 (11-04-2003)				Quantidade	m2
10234			O agregado dispõe de lugar de garagem (ou espaço de estacionamento)	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
10234			O agregado dispõe de residências	ADP	159 (11-04-	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	

			secundárias		2003)					
1023 4			Número de residências secundárias segundo o regime de ocupação	ADP	159 (11-04-2003)	V01939	Regime de ocupação do alojamento (IDEF)	2	Código	
1023 4	8644	(15-09-2010)	Acesso a água canalizada	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a eletricidade	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a gás canalizado (apenas com contador)	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a gás de botija	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a sistema de esgotos	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a instalação sanitária completa	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a fogão ou placa (com ou sem forno)	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a micro-ondas	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a frigorífico ou combinado	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a arca frigorífica	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a aspirador	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a máquina de lavar roupa	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a máquina de secar roupa	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	

1023 4			Acesso a máquina de lavar e secar roupa	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a máquina de lavar loiça	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a máquina de costura	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a aparelho de ar condicionado (fixo ou móvel)	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a sistema de aquecimento central	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a outro aparelho de aquecimento de ar (fixo ou móvel)	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a aparelho de aquecimento de água (esquentador, termoacumulador, etc.)	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a desumificador elétrico	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a telefone fixo	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a telefone móvel	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Número de telemóveis	ADP	159 (11-04-2003)				Quantidade	Número
1023 4			Acesso a televisão	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Número de televisões	ADP	159 (11-04-2003)				Quantidade	Número
1023 4			Acesso a equipamento para acesso a	ADP	159 (11-04-	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	

			televisão por cabo, fibra ou satélite (box ou antena)		2003)					
1023 4			Acesso a leitor de CD's ou de DVD's	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a aparelhagem de som	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a leitor de MP3 ou MP4	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a câmara de vídeo	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a equipamento fotográfico (não incluir telemóveis, tablets ou outros com esta funcionalidade)	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a consolas de jogos	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a computador pessoal de secretária (desktop)	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a computador pessoal portátil (laptop)	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a Internet	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Internet fixa, móvel ou ambas?	ADP	159 (11-04-2003)	A criar			Código	
1023 4			Acesso a automóvel ligeiro (passageiros ou misto)	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Número de automóveis	ADP	159 (11-04-2003)				Quantidade	Nº.

1023 4			Acesso a bicicleta	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a ciclomotor (até 50 cc.)	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Acesso a motociclo (superior a 50 cc.)	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
1023 4			Prestações por créditos à aquisição de automóveis pagos	ADP	159 (11-04-2003)	V02379	Tipologia Sim/Não	2	Código	
1023 4			Prestações por créditos à aquisição de automóveis pagos - número de automóveis	ADP	159 (11-04-2003)				Quantidade de	Nº.
1023 4			Lista os automóveis com encargos com prestações	ADP	159 (11-04-2003)					Nº.
1023 4			Créditos à aquisição de automóveis - valor da prestação mensal paga	ADP	159 (11-04-2003)				Valor => [1-999999]	Euro
1023 4			Créditos à aquisição de automóveis - valor da amortização mensal paga	ADP	159 (11-04-2003)				Valor => [1-999999]	Euro
1023 4			Créditos à aquisição de automóveis - valor dos juros mensais pagos	ADP	159 (11-04-2003)				Valor => [1-999999]	Euro
1023 4			Descrição do produto consumido	ADP	159 (11-04-2003)				Nome	
1023 4			Modo de conservação do produto consumido	ADP	159 (11-04-2003)	A criar			Código	
1023 4			Quantidade do produto consumido	ADP	159 (11-04-2003)				Quantidade de	n.a.

10234			Valor total pago do produto consumido	ADP	159 (11-04-2003)				Valor => [1-999999]	Euro
10234			Estabelecimento de compra do produto	ADP	159 (11-04-2003)	A criar			Código	
10234			Compra do produto fora de Portugal	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
10234			Compra do produto pela Internet	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
10234			Produto com rótulo "BIO"	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
10234			Valor de mercado do produto consumido	ADP	159 (11-04-2003)				Valor => [1-999999]	Euro
10234			Modo de recebimento do produto	ADP	159 (11-04-2003)	A criar			Código	
10234			Comparticipação do produto	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não	1	Código	
10234			Sistemas de participação: Sistema Nacional ou Regional de Saúde (SNS/SRS)	ADP	159 (11-04-2003)	V00180	Tipologia Sim/Não		Código	
10234			Comparticipação: Outro sistema	ADP	159 (11-04-2003)	A criar			Código	

VII. VARIÁVEIS DERIVADAS

Não aplicável.

VIII. INDICADORES A DISPONIBILIZAR

Indicador		Variável medida			Dimensões de análise					
					Código	Data início vigência	Designação	Classificação/ versão associada		
Código SVAR/BDD	Designação	Código	Data início vigência	Designação				Código	Designação	Nível
3567	Proporção de agregados domésticos privados com água canalizada no interior do alojamento (%) por Local de residência (NUTS - 2002) (Quinquenal)	4442	27-03-2008	Proporção de agregados domésticos privados com água canalizada no interior do alojamento (%)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3573	12-05-2007	Local de residência (NUTS - 2002)	V00320	NUTS 2002 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	3
3568	Proporção de agregados domésticos privados com eletricidade no interior do alojamento (%) por Local de residência (NUTS - 2002) (Quinquenal)	4443	27-03-2008	Proporção de agregados domésticos privados com eletricidade no interior do alojamento (%)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3573	12-05-2007	Local de residência (NUTS - 2002)	V00320	NUTS 2002 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	3
3569	Proporção de agregados domésticos privados a residir em alojamentos com sistema de esgotos (%) por Local de residência (NUTS - 2002) (Quinquenal)	4444	27-03-2008	Proporção de agregados domésticos privados a residir em alojamentos com sistema de esgotos (%)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3573	12-05-2007	Local de residência (NUTS - 2002)	V00320	NUTS 2002 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	3
3570	Proporção de agregados domésticos privados com instalação sanitária completa no interior do alojamento (%) por Local de residência (NUTS - 2002) (Quinquenal)	4445	27-03-2008	Proporção de agregados domésticos privados com instalação sanitária completa no interior do alojamento (%)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3573	12-05-2007	Local de residência (NUTS - 2002)	V00320	NUTS 2002 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	3
3571	Proporção de agregados domésticos privados com gás canalizado no interior do alojamento (%) por Local de residência (NUTS - 2002) (Quinquenal)	4446	27-03-2008	Proporção de agregados domésticos privados com gás canalizado no interior do alojamento (%)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3573	12-05-2007	Local de residência (NUTS - 2002)	V00320	NUTS 2002 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	3
3572	Distribuição das despesas de consumo médias anuais (%) dos agregados domésticos privados por Local de residência (NUTS - 2002) e Tipo de produto consumido (Divisão) (Quinquenal)	3624	18-05-2007	Distribuição das despesas de consumo médias anuais (%) dos agregados domésticos privados	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3573	12-05-2007	Local de residência (NUTS - 2002)	V00320	NUTS 2002 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	3
					3488	09-05-2007	Tipo de produto consumido (COICOP - Divisão) pelo agregado doméstico privado	V00817	Consumo Individual por Função - Variante 1	2
3573	Despesas de consumo médias anuais per capita (€) por Local de residência (NUTS - 2002) (Quinquenal)	4447	27-03-2008	Despesas de consumo médias anuais per capita (€)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3573	12-05-2007	Local de residência (NUTS - 2002)	V00320	NUTS 2002 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	3
3574	Distribuição das despesas de consumo médias anuais (%) dos agregados domésticos privados por Grau de urbanização do local de residência e Tipo de produto consumido (Divisão) (Quinquenal)	3624	18-05-2007	Distribuição das despesas de consumo médias anuais (%) dos agregados domésticos privados	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3024	23-04-2007	Local de residência	V00320	NUTS 2002 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1
					3483	09-05-2007	Grau de urbanização do local de residência	V00920	Tipologia de Áreas Urbanas, 1988- Variante 1	2
					3488	09-05-2007	Tipo de produto consumido (COICOP - Divisão) pelo agregado doméstico privado	V00817	Consumo Individual por Função - Variante 1	2
3575	Despesas de consumo médias anuais per capita (€) por Grau de urbanização do local de residência (Quinquenal)	4447	27-03-2008	Despesas de consumo médias anuais per capita (€)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3024	23-04-2007	Local de residência	V00320	NUTS 2002 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1
					3483	09-05-2007	Grau de urbanização do local de residência	V00920	Tipologia de Áreas Urbanas, 1988- Variante 1	2
3587	Despesas de consumo médias anuais (€) dos agregados domésticos privados por Local de residência (NUTS-2002) e Tipo de produto consumido (Divisão) (Quinquenal)	3398	05-05-2007	Despesas de consumo médias anuais (€) dos agregados domésticos privados	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3573	12-05-2007	Local de residência (NUTS-2002)	V00320	NUTS 2002 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	3
					3488	09-05-2007	Tipo de produto consumido (COICOP - Divisão) pelo agregado doméstico privado	V00817	Consumo Individual por Função - Variante 1	2

3588	Despesas de consumo médias anuais (€) dos agregados domésticos privados por Grau de urbanização do local de residência e Tipo de produto consumido (Divisão) (Quinquenal)	3398	05-05-2007	Despesas de consumo médias anuais (€) dos agregados domésticos privados	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3024	23-04-2007	Local de residência	V00320	NUTS 2002 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1
					3483	09-05-2007	Grau de urbanização do local de residência	V00920	Tipologia de Áreas Urbanas, 1988- Variante 1	2
					3488	09-05-2007	Tipo de produto consumido (COICOP - Divisão) pelo agregado doméstico privado	V00817	Consumo Individual por Função - Variante 1	2
3589	Proporção de agregados domésticos privados com equipamento de comunicação e lazer (%) por Local de residência (NUTS-2002) e Tipo de equipamento de comunicação e lazer (Quinquenal)	4459	28-03-2008	Proporção de agregados domésticos privados com equipamento de comunicação e lazer (%)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3573	12-05-2007	Local de residência (NUTS-2002)	V00320	NUTS 2002 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	3
					4460	28-03-2008	Tipo de equipamento de comunicação e lazer	V01161	Lista de equipamento de comunicação e lazer (IDEF)	1
3590	Rendimento médio anual líquido (€) dos agregados domésticos privados por Local de residência (NUTS-2002) e Tipo de rendimento (Quinquenal)	4461	28-03-2008	Rendimento médio anual líquido (€) dos agregados domésticos privados	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3573	12-05-2007	Local de residência (NUTS-2002)	V00320	NUTS 2002 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	3
					4463	28-03-2008	Tipo de rendimento	V01162	Tipo de rendimento (IDEF)	3
3591	Distribuição de rendimento médio anual líquido (%) dos agregados domésticos privados por Local de residência (NUTS-2002) e Tipo de rendimento (Quinquenal)	4462	28-03-2008	Distribuição de rendimento médio anual líquido (%) dos agregados domésticos privados	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3573	12-05-2007	Local de residência (NUTS-2002)	V00320	NUTS 2002 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	3
					4463	28-03-2008	Tipo de rendimento	V01162	Tipo de rendimento (IDEF)	3
3592	Rendimento médio anual líquido (€) dos agregados domésticos privados por Grau de urbanização do local de residência (Quinquenal)	4461	28-03-2008	Rendimento médio anual líquido (€) dos agregados domésticos privados	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3024	23-04-2007	Local de residência	V00320	NUTS 2002 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1
					3483	09-05-2007	Grau de urbanização do local de residência	V00920	Tipologia de Áreas Urbanas, 1988- Variante 1	2
3593	Distribuição do rendimento médio anual líquido (%) dos agregados domésticos privados por Grau de urbanização do local de residência (Quinquenal)	4462	28-03-2008	Distribuição do rendimento médio anual líquido (%) dos agregados domésticos privados	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3024	23-04-2007	Local de residência	V00320	NUTS 2002 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1
					3483	09-05-2007	Grau de urbanização do local de residência	V00920	Tipologia de Áreas Urbanas, 1988- Variante 1	2
3595	Despesas de consumo médias anuais per capita (€) por Quintis de rendimento (Quinquenal)	4447	28-03-2008	Despesas de consumo médias anuais per capita (€)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3024	23-04-2007	Local de residência	V00320	NUTS 2002 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1
					4464	28-03-2008	Quintis de rendimento	V01163	Quintis de rendimento	2
3596	Rendimento médio anual líquido per capita (€) por Quintis de rendimento (Quinquenal)	4465	28-03-2008	Rendimento médio anual líquido per capita (€)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3024	23-04-2007	Local de residência	V00320	NUTS 2002 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1
					4464	28-03-2008	Quintis de rendimento	V01163	Quintis de rendimento	2
3597	Rendimento médio anual líquido por adulto equivalente (€) por Quintis de rendimento (Quinquenal)	4466	28-03-2008	Rendimento médio anual líquido por adulto equivalente (€)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3024	23-04-2007	Local de residência	V00320	NUTS 2002 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1
					4464	28-03-2008	Quintis de rendimento	V01163	Quintis de rendimento	2

IX. CONCEITOS

Código	Designação	Definição
2892	ABONO DE FAMÍLIA PARA CRIANÇAS E JOVENS	Prestação pecuniária mensal, de montante variável em função do nível de rendimentos, da composição do agregado familiar e da idade do respetivo titular, visando compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens. Notas: o direito ao abono de família é reconhecido a crianças e jovens inseridos em agregados familiares cujos rendimentos de referência, agrupados em escalões, podem variar entre os 0,5 e um máximo de 5 vezes o indexante dos apoios sociais (IAS), e às crianças e jovens considerados pessoas isoladas. Esta prestação é atribuída em função do nascimento com vida, do não exercício de atividade laboral e de limites de idade que podem ir dos 16 aos 24 anos consoante os níveis de escolaridade seguidos. O valor desta prestação é acrescido sempre que estejam reunidas as condições para atribuição da majoração e do montante adicional do abono de família para crianças e jovens.
159	AGREGADO DOMÉSTICO PRIVADO	Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior.
3633	AGREGADO TEMPORARIAMENTE AUSENTE	Agregado que se encontre ausente do alojamento na semana da entrevista (por motivos de férias, trabalho, educação, prisão, hospitalização, serviço militar obrigatório, entre outros).
1482	ALOJAMENTO	Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da coletividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam.
7064	ALOJAMENTO CEDIDO A TÍTULO DE SALÁRIO	Alojamento cedido mediante a celebração de um contrato, segundo o qual, direta ou indiretamente, lhe é atribuído um valor a título de salário ou como condição para o desempenho de funções profissionais de um elemento do agregado/família (como no caso de porteiros e guardas, entre outros).
3631	ALOJAMENTO CEDIDO GRATUITAMENTE	Alojamento cedido sem renda por um proprietário, na condição de este não residir no agregado/família que ocupa esse alojamento.
1486	ALOJAMENTO FAMILIAR CLÁSSICO	Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros).
7050	ALOJAMENTO FAMILIAR DE RESIDÊNCIA HABITUAL	Alojamento familiar ocupado que constitui a residência habitual ou principal de pelo menos uma família.
4528	ALOJAMENTO FAMILIAR DE RESIDÊNCIA PRINCIPAL	Ver ALOJAMENTO FAMILIAR DE RESIDÊNCIA HABITUAL
4488	ALOJAMENTO FAMILIAR DE RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA	Alojamento familiar ocupado que é apenas utilizado periodicamente e no qual ninguém tem residência habitual.
254	ALUNO	Indivíduo que frequenta o sistema formal de ensino após o ato de registo designado como matrícula.
1235	AMA	Pessoa que por conta própria e mediante retribuição, cuida de uma ou mais crianças que não sejam suas, parentes ou afins na linha reta ou no 2º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.
4734	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO	Operação financeira que visa o pagamento de uma dívida segundo várias modalidades de reembolso. No reembolso de qualquer empréstimo, há a considerar o pagamento dos juros e a amortização do capital. A amortização corresponde à parte a deduzir à dívida. A amortização pode ser realizada de uma só vez (no final do prazo) com os juros no início, durante ou no fim do prazo ou periodicamente. Neste último caso o reembolso inclui a amortização e o juro.

2395	APRENDIZES E PRATICANTES	Trabalhadores que sob orientação de trabalhadores especializados adquirem conhecimentos técnico-profissionais que lhe possam permitir desempenhar uma função administrativa, de produção ou outra. Não inclui os indivíduos abrangidos pelo Sistema de Aprendizagem.
7052	AQUECIMENTO CENTRAL	Sistema de aquecimento por difusão ou distribuição de calor através de uma rede de água quente ou ar quente, a partir de um sistema de produção de calor centralizado (caldeira, recuperador de calor, bomba de calor, entre outros).
7260	AR CONDICIONADO	Equipamento de climatização que permite controlar a temperatura, a humidade, a qualidade e a velocidade de ar num local, servindo apenas uma divisão ou um conjunto de divisões de um alojamento
1498	ÁREA HABITÁVEL DO FOGO	Valor correspondente à soma das superfícies das divisões ou dos compartimentos habitáveis do fogo medidos pelo perímetro interior das paredes que limitam cada compartimento e descontando encaixos até 30 cm, paredes interiores, divisórias e condutas.
2896	ÁREA ÚTIL DO FOGO	Valor correspondente à superfície do fogo (incluindo vestíbulos, circulações interiores, instalações sanitárias, arrumos, outros compartimentos de função similar e armários nas paredes) medido pelo perímetro interior das paredes que o limitam, descontando encaixos até 30 cm, paredes interiores, divisórias e condutas.
7063	ARRENDATÁRIO DO ALOJAMENTO	Pessoa do agregado/família a quem é conferido o direito ao gozo temporário de um alojamento no todo ou em parte, mediante pagamento de uma renda.
2051	ATIVIDADE ECONÓMICA	Resultado da combinação dos fatores produtivos (mão de obra, matérias-primas, equipamento, etc.), com vista à produção de bens e serviços. Independentemente dos fatores produtivos que integram o bem ou serviço produzido, toda a atividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída (bens ou serviços).
2052	ATIVIDADE PRINCIPAL	Atividade que representa a maior importância no conjunto das atividades exercidas por uma unidade de observação estatística.
2414	ATIVIDADE PRINCIPAL DO INDIVÍDUO	Considera-se como atividade principal do indivíduo aquela em que habitualmente trabalha mais horas no período de referência, sendo o ramo de atividade aquele que ocupar maior número de pessoas no estabelecimento onde trabalha.
4865	AUTO - ABASTECIMENTO	Bens e serviços provenientes de estabelecimento pertencente a algum membro do agregado, destinando-se ao consumo pelo próprio agregado e que não tenham sido pagos. A sua valorização faz-se pelo preço de venda em vigor nesse mesmo estabelecimento.
4868	AUTO - CONSUMO ALIMENTAR	Produção própria ou obtenção direta na natureza, por algum membro do agregado, de produtos alimentares de natureza vegetal ou animal, com o objetivo de serem consumidos pelo próprio agregado. A sua valorização faz-se pelo preço que o agregado teria de pagar para os adquirir, ou seja, a preços de mercado.
4866	AUTO- LOCAÇÃO	Estimativa calculada pelo próprio agregado residente sobre o valor hipotético de uma renda do seu alojamento a preços de mercado, sempre que este não for o caso, ou seja, nas situações de agregados proprietários-residentes, arrendatários a preço abaixo do mercado ou em situações de usufruto gratuito ou a título de salário.
1578	AUTOMÓVEL LIGEIRO	Veículo automóvel cuja lotação ou peso bruto não excedam, respetivamente, nove lugares (incluindo o condutor), ou 3500 Kg.
3855 (*)	BACHARELATO	Curso de três anos, comprovativo de uma formação científica, académica e cultural adequada ao exercício de determinadas atividades profissionais, conducente ao grau de bacharel. Notas: este curso foi extinto pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março. (*) [conceito a quebrar vigência e a ganhar nova vigência, no âmbito dos trabalhos de revisão e validação dos conceitos da área da educação, pela TF Conceitos Educação.]
1245	BENEFÍCIO DA SEGURANÇA SOCIAL	Prestação atribuída no âmbito dos Regimes de Segurança Social.
5924	BOLSA DE FORMAÇÃO	Prestação pecuniária atribuída ao formando durante a sua participação numa ação de formação.
2889	BONIFICAÇÃO POR DEFICIÊNCIA	Bonificação acrescida ao subsídio familiar a crianças e jovens com idade inferior a 24 anos em função de os mesmos possuírem deficiência.

161	CASADO COM REGISTO	Situação de estado civil (legal) de toda a pessoa que tenha contraído casamento.
162	CASADO SEM REGISTO	Situação de toda a pessoa que, independentemente do seu estado civil (legal), viva em situação idêntica à de casado, não a tendo legalizada.
1249	CENTRO DE DIA	Resposta social desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sócio-familiar.
1584	CICLOMOTOR	Veículo rodoviário de duas ou três rodas equipado com um motor de cilindrada inferior a 50 cm ³ e cuja velocidade é limitada, por fabrico, de acordo com as regulamentações nacionais em vigor.
7152	COEFICIENTE DE GINI	Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição, assumindo valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).
1253	COMPLEMENTO DE PENSÃO POR CÔNJUGE A CARGO	Prestação complementar concedida aos pensionistas de invalidez ou velhice, de regimes contributivos, por cônjuge a cargo. Exige-se condição de recursos em relação ao cônjuge.
5435	COMPLEMENTO EXTRAORDINÁRIO DE SOLIDARIEDADE	Prestação pecuniária, mensal, concedida por acréscimo ao montante do Subsídio Mensal Vitalício.
5434	COMPLEMENTO POR DEPENDÊNCIA	Prestação pecuniária mensal que visa compensar o acréscimo de encargos familiares e é atribuída aos pensionistas de sobrevivência, invalidez ou velhice do regime geral da Segurança Social que se encontrem em situação de dependência.
1254	COMPLEMENTO SOCIAL	Prestação pecuniária mensal, do Regime não Contributivo, que acresce às pensões de invalidez, velhice e sobrevivência do Regime Geral, cujos montantes sejam inferiores ao estabelecido como valor mínimo garantido, não podendo exceder o valor definido para a pensão social ou a correspondente percentagem de cálculo da pensão de sobrevivência sobre este valor, se for este o caso.
4699	COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS	Prestação pecuniária mensal atribuída a cidadãos nacionais ou estrangeiros residentes em território nacional nos últimos seis anos, com idade igual ou superior a 65 anos e com baixos recursos. Notas: têm direito a esta prestação os beneficiários das pensões de velhice e de sobrevivência; os cidadãos nacionais que não reúnam as condições de atribuição da pensão social por não preencherem a respetiva condição de recursos e os titulares do subsídio mensal vitalício que satisfaçam as condições de atribuição deste complemento. Na determinação dos recursos dos beneficiários são tidos em consideração os rendimentos do cônjuge ou de pessoa que com ele viva em união de facto há mais de dois anos, assim como dos filhos que coabitem ou não, na qualidade da solidariedade familiar, tendo em conta a dimensão dos agregados familiares.
3129	COMPUTADOR PESSOAL	Sistema «monoposto» de uso pessoal, com capacidades de processamento e comunicação próprias: Desktop e Tower - orientados para correr aplicações de uso geral; Workstations - orientados para o processamento de aplicações especializadas e com exigências de processamento e gráficas significativas; Portáteis - orientados para correr aplicações de uso geral, caracterizados por terem dimensões e peso reduzidos e dispõem de alimentação elétrica autónoma; Terminais - unidades de entrada/saída sem capacidade de processamento própria, pelas quais um utilizador comunica com o computador.
3352	COMPUTADOR PORTÁTIL	Computadores orientados para correr aplicações de uso geral, caracterizados por terem dimensão e peso reduzidos e dispõem de alimentação eletrónica própria
3636	CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO ALOJAMENTO FAMILIAR	Condição mediante a qual a família dispõe ou usufrui de um alojamento na totalidade ou em parte, de acordo com as seguintes modalidades: proprietário ou coproprietário; proprietário em propriedade coletiva de cooperativa de habitação; arrendatário ou subarrendatário; outra situação.
1456	CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO	Situação do indivíduo perante a atividade económica no período de referência podendo ser considerado ativo ou inativo.

7153	CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO MAIS FREQUENTE	Condição perante o trabalho declarada pelo indivíduo como aquela que tenha ocupado mais de metade do número de meses do ano a que respeita a informação.
2897	CONTRATO DE ARRENDAMENTO URBANO	Contrato pelo qual uma das partes concede à outra o gozo temporário de um prédio urbano, no todo ou em parte, mediante retribuição.
1744	CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	Contrato pelo qual uma pessoa se obriga, mediante retribuição, a prestar a sua atividade intelectual ou manual a outra pessoa, sob autoridade e direção desta.
1256	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	Quantias determinadas pela aplicação das percentagens fixadas na lei sobre as remunerações ou equiparadas (bases de incidência), sendo devidas pelo beneficiário e, no caso dos trabalhadores por conta de outrem, também pela respetiva entidade empregadora a fim de contribuírem para o financiamento dos Regimes da Segurança Social.
1976	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS PARA A SEGURANÇA SOCIAL E REGIMES ANÁLOGOS	Contribuições patronais (legais, convencionais, contratuais e voluntárias) para os regimes de segurança social e conexos e prestações sociais pagas diretamente aos trabalhadores.
2707	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS IMPUTADAS	As contribuições sociais imputadas representam a contrapartida das prestações sociais (menos eventuais contribuições sociais dos empregados) pagas diretamente pelos empregadores (isto é, não ligadas às contribuições efetivas dos empregadores) aos seus empregados ou antigos empregados e a outras pessoas com direito a essas prestações.
2686	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS IMPUTADAS DOS EMPREGADORES	As contribuições sociais imputadas dos empregadores representam a contrapartida das prestações sociais diretas (menos eventuais contribuições sociais dos empregados) pagas pelos empregadores aos seus empregados ou antigos empregados e outras pessoas com direito a essas prestações, sem recorrer a uma companhia de seguros ou a um fundo de pensões autónomo e sem criar um fundo especial ou uma reserva específica para esse fim.
1259	CRECHE	Resposta social de âmbito sócio-educativo que se destina a crianças até aos 3 anos de idade, após o período de licença dos pais, prevista na lei de proteção da maternidade/paternidade, durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais, proporcionando às crianças condições adequadas desenvolvimento harmonioso e global e cooperando com as famílias em todo o seu processo educativo.
1260	CRECHE FAMILIAR	É um conjunto de amas, não inferior a 12 nem superior a 20, que residem na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos Centros Regionais de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou instituições particulares de solidariedade social com atividades no âmbito das 1ª e 2ª infâncias.
3866	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA	Oferta formativa pós secundária, não superior, que prepara jovens e adultos para o desempenho de profissões qualificadas, por forma a favorecer a entrada na vida ativa. A organização do curso tem componentes de formação em contexto escolar e em contexto de trabalho. Confere um diploma de especialização tecnológica e qualificação profissional de nível 4.
1459	DESEMPREGADO	Indivíduo, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes: a) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; b) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não; c) tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não. Consideram-se como diligências: a) contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações; b) contacto com empregadores; c) contactos pessoais ou com associações sindicais; d) colocação, resposta ou análise de anúncios; e) realização de provas ou entrevistas para seleção; f) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; g) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria. O critério de disponibilidade para aceitar um emprego é fundamentado no seguinte: a) no desejo de trabalhar; b) na vontade de ter atualmente um emprego remunerado ou uma atividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários; c) na possibilidade de começar a trabalhar no período de referência ou pelo

1515	DIVISÃO	Espaço num alojamento delimitado por paredes tendo pelo menos 4 m2 de área e 2 metros de altura, na sua maior parte. Podendo embora satisfazer as condições definidas, não são considerados como tal corredores, varandas, marquises, casas de banho, despensas, vestíbulos e a cozinha se tiver menos de 4 m2.
167	DIVORCIADO	Situação de estado civil de toda a pessoa que obteve a decisão de dissolução legal e definitiva do vínculo de casamento.
1468	DOMÉSTICO	Indivíduo que, não tendo um emprego nem estando desempregado, se ocupa principalmente das tarefas domésticas no seu próprio lar.
3873 (*)	DOCTORAMENTO	Processo conducente ao grau de doutor numa instituição de ensino superior universitário no âmbito de um ramo de conhecimento ou de especialidade. Integra: a elaboração de uma tese original e especialmente elaborada para este fim, adequada à natureza do ramo de conhecimento ou da especialidade; a eventual realização de unidades curriculares dirigidas à formação para a investigação, sempre que as respetivas normas regulamentares o prevejam. (*) [conceito a quebrar vigência e a ganhar nova vigência, no âmbito dos trabalhos de revisão e validação dos conceitos da área da educação, pela TF Conceitos Educação.]
7079	EDIFÍCIO RESIDENCIAL	Edifício no qual pelo menos metade da área total se destina à habitação e a usos complementares (tendo um ou mais fogos/alojamentos familiares clássicos).
7229	EDIFÍCIO RESIDENCIAL EM BANDA	Edifício residencial com uma ou mais superfícies das paredes exteriores encostadas a outros edifícios, perfazendo no mínimo um conjunto de três.
7230	EDIFÍCIO RESIDENCIAL GEMINADO	Edifício residencial com uma superfície das paredes exteriores encostado a outro edifício, normalmente por via da construção simétrica "dois a dois".
7231	EDIFÍCIO RESIDENCIAL ISOLADO	Edifício residencial cujas paredes exteriores não encostam a qualquer outro edifício.
260	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	Subsistema de educação, de frequência facultativa, destinado a crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico. Realiza-se em estabelecimentos próprios, designados por jardins de infância, ou incluídos em unidades escolares em que é também ministrado o ensino básico. A educação pré-escolar, no seu aspeto formativo, é complementar e/ou supletiva da ação educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.
1469	EMPREGADO	Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: a) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; b) tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego; c) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica; d) estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência.
2392	EMPREGADOS	Trabalhadores não compreendidos entre os operários nem entre os dirigentes.
2610	EMPREGO (UM)	Um emprego é um contrato explícito ou implícito (o contrato explícito ou implícito refere-se ao fornecimento de mão de obra, e não de um bem ou de um serviço) pelo qual uma pessoa se obriga a fornecer o seu trabalho (o trabalho significa aqui qualquer atividade tendente à produção de bens ou serviços no âmbito da produção. A legalidade do trabalho e a idade do trabalhador são, em princípio, irrelevantes), mediante uma remuneração (a remuneração deve aqui ser interpretada em sentido amplo. de forma a abranger o rendimento misto dos trabalhadores por conta própria), a uma unidade institucional residente, por um determinado período ou até nova ordem.
508	EMPRESA	Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.

2028	EMPRESA PÚBLICA	Sociedade constituída nos termos da lei comercial, na qual o estado ou outras entidades públicas estaduais possam exercer, isolada ou conjuntamente, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em virtude de alguma das seguintes circunstâncias: a) detenção da maioria do capital ou do direito de votos; b) direito de designar ou de destituir a maioria dos membros dos órgãos da administração ou de fiscalização.
2475	EMPRÉSTIMOS	Ativos financeiros criados quando os credores cedem fundos aos devedores, quer diretamente, quer através de mediadores e que podem estar comprovados por documentos não negociáveis ou não estar comprovados por quaisquer documentos. Em geral os empréstimos caracterizam-se pelos aspetos seguintes: a) As condições que regem um empréstimo ou são fixadas pela sociedade financeira que o concede ou negociadas entre o mutuante e o mutuário diretamente ou através de um intermediário; b) A iniciativa relativa a um empréstimo parte normalmente do mutuário; c) Um empréstimo é uma dívida incondicional ao credor que tem de ser reembolsada no vencimento e sobre a qual são cobrados juros.
3877 (*)	ENSINO BÁSICO	Nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção na vida ativa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito. (*) [conceito a quebrar vigência e a ganhar nova vigência, no âmbito dos trabalhos de revisão e validação dos conceitos da área da educação, pela TF Conceitos Educação.]
3880 (*)	ENSINO PÓS-SECUNDÁRIO	Nível de ensino que visa aprendizagens de complexidade e especialização intermédias entre o ensino secundário e o ensino superior, orientadas para o ingresso no mercado de trabalho ou o prosseguimento de estudos. (*) [conceito a quebrar vigência e a ganhar nova vigência, no âmbito dos trabalhos de revisão e validação dos conceitos da área da educação, pela TF Conceitos Educação.]
3885 (*)	ENSINO SECUNDÁRIO	Nível de ensino que corresponde a um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade), que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida ativa. (*) [conceito a quebrar vigência e a ganhar nova vigência, no âmbito dos trabalhos de revisão e validação dos conceitos da área da educação, pela TF Conceitos Educação.]
3889 (*)	ENSINO SUPERIOR	Nível de ensino que compreende os ensinos universitário e politécnico, aos quais têm acesso indivíduos habilitados com um curso secundário ou equivalente e indivíduos maiores de 23 anos que, não possuindo a referida habilitação, revelem qualificação para a sua frequência através de prestação de provas. (*) [conceito a quebrar vigência e a ganhar nova vigência, no âmbito dos trabalhos de revisão e validação dos conceitos da área da educação, pela TF Conceitos Educação.]
4669	ENTIDADE EMPREGADORA	Entidade para a qual um ou vários trabalhadores por conta de outrem exercem a sua atividade.
2024	ESTABELECIMENTO	Empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se atividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa.
174	ESTADO CIVIL	Situação jurídica da pessoa composta pelo conjunto das qualidades definidoras do seu estado pessoal face às relações familiares, que constam obrigatoriamente do registo civil. Compreende as seguintes situações: a) Solteiro; b) Casado; c) Viúvo; d) Divorciado.
3801	ESTADO CIVIL DE FACTO	Situação real em que a pessoa vive em termos de relacionamento conjugal.
3011	ESTAGIÁRIOS	Trabalhadores com preparação teórica, que se encontram em fase de formação profissional para as funções que pretendem exercer.

6064	ESTÁGIO PROFISSIONAL	Formação que visa a inserção dos jovens na vida ativa, complementando e aperfeiçoando as suas competências socioprofissionais, através de um estágio em contexto real de trabalho.
272	ESTUDANTE	Ver "ALUNO".
6070	ESTUDOS PÓS-GRADUADOS	Estudos conducentes à obtenção do grau de doutor, do grau de mestre e aos respetivos diplomas, estudos de especialização com duração mínima de um ano, que conferem diploma mas não grau académico e ainda estudos com duração inferior a um ano que são atestados com uma certidão de frequência.
1452	FUNDO DE PENSÕES	Fundo para o qual são efetuadas contribuições, as quais constituem um património exclusivamente afeto ao pagamento, no futuro, de prestações pecuniárias, sob a forma de renda ou capital, a título de pré-reforma, reforma por velhice ou invalidez, ou sobrevivência. O pagamento destas prestações resulta das condições fixadas num plano de pensões previamente acordado entre as partes.
1279	GARANTIA SALARIAL	Garantia dada aos trabalhadores do pagamento das retribuições devidas e não pagas pela entidade empregadora declarada extinta, falida ou insolvente, desde que tal declaração implique a cessação dos contratos de trabalho.
5545	GRUPO ETÁRIO	Intervalo de idade, em anos, no qual o indivíduo se enquadra, de acordo com o momento de referência
3745	HIPOTECA	A hipoteca confere ao credor o direito de ser pago pelo valor de certas coisas imóveis, ou equiparadas, pertencentes ao devedor ou a terceiro com preferência sobre os demais credores que não gozem de privilégio especial ou de prioridade de registo. As hipotecas são legais, judiciais ou voluntárias.
180	IDADE	Intervalo de tempo que decorre entre a data do nascimento (dia, mês e ano) e as horas da data de referência. A idade é expressa em anos completos, salvo se tratar de crianças com menos de 1 ano, devendo nestes casos ser expressa em meses, semanas ou dias completos.
5438	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES	O IRS é um imposto que incide sobre o valor anual dos rendimentos das pessoas singulares. Os rendimentos são classificados por categorias, e o imposto O IRS é um imposto que incide sobre a soma desses rendimentos, depois de efetuadas as correspondentes deduções e abatimentos. Âmbito de sujeição a imposto - Quando as pessoas são residentes em território português, o IRS incide sobre a totalidade dos seus rendimentos, isto é, também ficam sujeitos a imposto os rendimentos obtidos fora do território nacional. Existindo agregado familiar, o IRS incide sobre o conjunto dos rendimentos das pessoas que o constituem. Por isso se pode dizer que o IRS é um imposto sobre as famílias.
4673	INCAPACIDADE	Indicador das limitações de atividade e restrições na participação. Notas: refere-se aos aspetos negativos da interação entre um indivíduo, com uma condição de saúde, e seus fatores contextuais, ambientais e pessoais.
1281	INCAPACIDADE PARA O TRABALHO	Impossibilidade temporária ou permanente para o exercício de atividade por motivo de doença, acidente de trabalho, doença profissional ou invalidez.
3927	INDEMNIZAÇÃO POR DESPEDIMENTO	Montante ilíquido, antes da dedução de quaisquer descontos, efetuados diretamente aos trabalhadores por motivo de despedimento.
3634	INDIVÍDUO TEMPORARIAMENTE AUSENTE	Indivíduo que, sendo um membro do agregado (e consequentemente participando no orçamento comum, quer pelas suas receitas quer pelas suas despesas) se encontra ausente do alojamento na semana da entrevista (por motivos de férias, trabalho, educação, prisão, hospitalização, serviço militar obrigatório, entre outros).
3134	INTERNET	Ligação ao conjunto de redes informáticas mundiais interligadas pelo protocolo TCP/IP - Transmission Control Protocol/Internet Protocol, onde se localizam servidores de informação e serviços (FTP, WWW, e-mail, etc.).
3005	JURO	Remuneração atribuída, nas datas e às taxas fixadas, ao capital mutuado.
2701	LEVANTAMENTOS DE RENDIMENTOS DAS QUASE-SOCIEDADES	Os levantamentos de rendimentos das quase-sociedades são os montantes que os empresários efetivamente levantam, para seu uso pessoal, dos lucros realizados pelas quase-sociedades que lhe pertencem.

6110 (*)	LICENCIATURA	Curso ministrado por uma instituição de ensino superior, conducente ao grau de licenciado e comprovativo de uma formação científica, técnica e cultural que permite o aprofundamento de conhecimentos numa determinada área do saber e um adequado desempenho profissional.
7166	LINHA DE POBREZA	Limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país.
3413	LOCAÇÃO FINANCEIRA (LEASING)	É o contrato pelo qual uma das partes se obriga, contra retribuição, a conceder à outra o gozo temporário de uma coisa, adquirida ou construída por indicação desta e que a mesma pode comprar, total ou parcialmente, num prazo convencionado, mediante o pagamento de um preço determinado ou determinável, nos termos do próprio contrato.
7056	LUGAR DE ESTACIONAMENTO	O local físico, coberto ou não, que permite o estacionamento de pelo menos um veículo automóvel, para uso exclusivo dos ocupantes do alojamento.
3632	MEMBRO DO AGREGADO DOMÉSTICO PRIVADO	<p>Todo o indivíduo residente no alojamento que participa no orçamento comum e não tem outra morada, mesmo que se encontre ausente por um período inferior a 6 meses.</p> <p>Notas: consideram-se nestas condições, todos os indivíduos habitualmente residentes no alojamento e presentes no período de observação; todos os indivíduos temporariamente ausentes desde que, façam despesas a cargo do mesmo e/ou contribuam para o orçamento comum e se encontrem internados em estabelecimentos de saúde, prisionais, de reabilitação, entre outros, em viagem, a trabalhar ou estudar noutra localidade, com estadias frequentes no agregado; os empregados domésticos internos; não os emigrantes, os hóspedes sem pensão alimentar e os estrangeiros que se encontrem no agregado por um período limitado e tenham o seu agregado noutro país.</p>
6118 (*)	MESTRADO	<p>Curso que comprova nível aprofundado de conhecimento numa área científica restrita e capacidade científica para a prática de investigação, e que conduz ao grau de mestre.</p> <p>(*) [conceito a quebrar vigência e a ganhar nova vigência, no âmbito dos trabalhos de revisão e validação dos conceitos da área da educação, pela TF Conceitos Educação.]</p>
1589	MOTOCICLO	Veículo rodoviário motorizado de duas rodas, com ou sem carro lateral, ou todo o veículo rodoviário motorizado com três rodas cujo peso em vazio não ultrapasse os 400 kg. Incluem-se todos os veículos com cilindrada igual ou superior a 50 cm ³ , bem como os que não sejam considerados ciclomotores.
1589	MOTOCICLO	Veículo rodoviário motorizado de duas rodas, com ou sem carro lateral, ou todo o veículo rodoviário motorizado com três rodas cujo peso em vazio não ultrapasse os 400 kg. Incluem-se todos os veículos com cilindrada igual ou superior a 50 cm ³ , bem como os que não sejam considerados ciclomotores.
6245	Mp3	Uma tecnologia padronizada e um formato para compressão de ficheiros áudio em ficheiros de tamanho reduzido (cerca de 1/12 do tamanho do ficheiro original) preservando o nível de qualidade original quando reproduzidos.
198	NACIONALIDADE	Cidadania legal da pessoa no momento de observação; são consideradas as nacionalidades constantes no bilhete de identidade, no passaporte, no título de residência ou no certificado de nacionalidade apresentado. As pessoas que, no momento de observação, tenham pendente um processo para obtenção da nacionalidade, devem ser considerados com a nacionalidade que detinham anteriormente.
201	NATURALIDADE	Considera-se naturalidade o local do nascimento ou o local da residência habitual da mãe à data do nascimento. Para determinados fins estatísticos deve-se considerar preferencialmente o local da residência habitual da mãe à data do nascimento.
3638	NEGÓCIO	Um negócio é uma atividade comercial, não necessariamente registada contratualmente de forma explícita, de produção de bens ou fornecimento de serviços, mediante remunerações acordadas com outras partes (indivíduos ou unidades institucionais residentes) por determinados períodos ou até novas ordens.

3896	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.
2683	ORDENADOS E SALÁRIOS EM DINHEIRO	Os ordenados e salários em dinheiro incluem os valores de quaisquer contribuições sociais, impostos sobre o rendimento, etc., a pagar pelo empregado por conta de outrem, mesmo que, na prática, sejam retidos pelo empregador e pagos diretamente a regimes de segurança social, autoridades fiscais, etc., em nome do empregado. Notas: Os ordenados e salários em dinheiro incluem os seguintes tipos de remunerações: a) ordenados e salários de base a pagar em intervalos regulares; b)) acréscimos devidos a horas extraordinárias, trabalho noturno ou em fins de semana, condições difíceis ou perigosas; c) subsídios de custo de vida, de residência e de expatriação; d) prémios com base na produtividade ou resultados, gratificação de fim de ano, excluindo prestações sociais diretas a favor dos empregados; e) subsídios de transporte para e do trabalho, excluindo subsídios ou reembolsos de despesas de viagem, distância, mudança e despesas de representação verificadas no exercício das suas funções; f) remunerações por dias
2684	ORDENADOS E SALÁRIOS EM ESPÉCIE	Os ordenados e salários em espécie consistem em bens e serviços, ou outros benefícios, fornecidos pelos empregadores gratuitamente ou a preço reduzido e que podem ser utilizados pelos empregados quando e como estes entenderem, para a satisfação de necessidades ou desejos próprios ou dos membros das respetivas famílias. Esses bens e serviços, ou outros benefícios, não são necessários para o processo de produção da empresa. Para os empregados, esses ordenados e salários em espécie representam um rendimento adicional, pois teriam de pagar por eles um preço de mercado, se os tivessem comprado por sua própria conta. Notas: os mais comuns são: a) refeições e bebidas, incluindo as consumidas em deslocações de serviço (dado que teriam, de qualquer forma, de ser tomadas), mas excluindo as refeições ou bebidas especiais exigidas por condições de trabalho excecionais. Devem ser incluídas nos ordenados em espécie as reduções de preços obtidas em cantinas gratuitas ou subsidiadas ou através de cheques-refeição; b) serviços de alojamento, por conta própria ou adquiridos, de um tipo que possa ser usado por todos os membros da família do
2386	PAGAMENTOS EM GÉNEROS	Valor dos bens e serviços cedidos ao trabalhador pelo empregador como parte da sua remuneração. Na ótica do custo, os bens e serviços, ou outros benefícios, devem ser avaliados a preços de custo, se produzidos pelo empregador, ou a preço de aquisição (isto é, o preço efetivamente pago pelo empregador), se adquiridos pelo empregador. Se forem fornecidos gratuitamente, o valor total dos pagamentos em géneros é calculado segundo os preços de custo (ou preços de aquisição pelo empregador, se adquiridos por este) dos bens e serviços, ou outros benefícios em questão. Se forem fornecidos a preços reduzidos, o valor é dado pela diferença entre o cálculo acima indicado e o montante pago pelo empregador. Na ótica dos ganhos, os bens e serviços, ou outros benefícios, devem ser medidos com base no valor que o trabalhador teria despendido para os adquirir. São exemplo: o fornecimento de viatura da empresa, telefone, gás, eletricidade, gasolina, vestuário, pagamento de passes sociais, computadores pessoais, produtos alimentares e bebidas (com exceção das despesas para cantinas e das senhas de refeição), cartões de crédito, etc.. Inclui igualmente a cedência de habitação pelo empregador ao trabalhador e os empréstimos, a uma
3063	PAÍS DE RESIDÊNCIA	País no qual um indivíduo é considerado residente: 1) se possuir a sua habitação principal no território económico desse país durante um período superior a um ano (12 meses); 2) se tiver vivido nesse país por um período mais curto e pretenda regressar no prazo de 12 meses, com a intenção de aí se instalar, passando a ter nesse local a sua residência principal.
1301	PENSÃO	Prestação pecuniária mensal de atribuição continuada nas eventualidades: morte (pensão de sobrevivência), invalidez, doença profissional e velhice.

1398	PENSÃO DE APOSENTAÇÃO	<p>Prestação pecuniária concedida aos subscritores da Caixa Geral de Aposentações que reúnam qualquer das seguintes Condições: a) pelo menos 36 anos de serviço e 60 de idade; b) pelo menos 5 anos de serviço; b1) ao atingir o limite de idade legalmente fixado. O limite genérico está, atualmente, fixado em 70 anos havendo, contudo, outros limites inferiores para determinadas categorias de funcionários; b2) ao ser declarado, em exame médico, absoluta e permanentemente incapaz para o exercício das suas funções; b3) ao ser punido com pena expulsiva de natureza disciplinar ou por condenação penal definitiva, demitido ou colocado em situação equivalente; b4) ao ser punido com pena de aposentação compulsiva, aplicada por decisão da autoridade competente, pelas infrações disciplinares previstas na lei.</p> <p>Notas: O subscritor é aposentado pelo último cargo em que esteja inscrito na CGA. Pela aposentação o interessado adquire o direito a uma pensão mensal vitalícia fixada pela Caixa em função da remuneração correspondente ao cargo</p>
1303	PENSÃO DE INVALIDEZ	Prestação pecuniária mensal concedida em vida dos beneficiários que havendo completado um prazo de garantia de 60 meses de registo de remunerações (para todos os regimes excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 72 meses com entrada de contribuições) e antes de atingirem a idade de reforma por velhice, se encontrem, por motivo de doença ou acidente definitivamente incapacitados de trabalhar na sua profissão.
1400	PENSÃO DE INVALIDEZ	Prestação pecuniária concedida ao pessoal que, não sendo subscritor da Caixa, seja considerado incapaz por acidente ou doença resultantes do cumprimento do serviço militar obrigatório. O montante é igual à trigésima sexta parte do último salário para um máximo de 36 anos.
1427	PENSÃO DE INVALIDEZ	Prestação pecuniária mensal concedida aos trabalhadores em caso de invalidez. Os trabalhadores em tempo completo têm direito: a) Às mensalidades que lhes competirem, de harmonia com a aplicação das percentagens da Tabela das Mensalidades/Doença ou Invalidez, às retribuições fixadas na Tabela Salarial e Promoções Obrigatórias calculadas por uma fórmula acordada entre os signatários, de modo a que correspondam a 1/14 de um montante anual, cujo valor líquido seja igual ao que o trabalhador auferiria se continuasse ao serviço; b) A um subsídio de Natal de valor igual ao das mensalidades referidas na alínea a); c) A um 14º mês de valor igual ao das mensalidades referidas na alínea a).
1304	PENSÃO DE ORFANDADE	Prestação pecuniária mensal atribuída aos órfãos até atingirem a maioridade ou se emanciparem, através do Regime Não Contributivo de Proteção Social (R.N.C.P.S.). O montante é calculado de acordo com as regras aplicáveis às pensões de sobrevivência do Regime Geral tomando por base de cálculo global o valor da pensão social.
1430	PENSÃO DE REFORMA	Prestação pecuniária mensal concedida em vida dos beneficiários que tenham completado 40 anos de serviço antes de atingir 65 anos de idade, ou que tenha completado 35 anos de serviço tendo mais de 60 anos de idade.
1305	PENSÃO DE SOBREVIVÊNCIA	A) Regime Geral de Segurança Social, Regime Especial de Segurança Social de Atividades Agrícolas e Regime Seguro Social Voluntário: prestação pecuniária mensal concedida a familiares dos beneficiários cônjuges, ex-cônjuges, descendentes ou equiparados, ascendentes que à data da morte tenham completado 36 meses de contribuições, pertencentes aos regimes acima referidos, excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 72 meses com entrada de contribuições.
1401	PENSÃO DE SOBREVIVÊNCIA	Prestação pecuniária mensal concedida aos familiares dos beneficiários que à data da morte tenham completado 5 anos de inscrição para a CGA. O montante corresponde a 50% da pensão de aposentação ou reforma. O conjugue sobrevivo, se não concorrer isolado, tem sempre direito a metade deste valor.
1431	PENSÃO DE SOBREVIVÊNCIA	Prestação pecuniária mensal concedida a familiares dos beneficiários pela morte do trabalhador. Têm direito à prestação, o conjugue sobrevivo e os filhos, incluindo os nascituros e adotados plenamente, até perfazerem 18 anos, ou 21 e 24, enquanto frequentarem, respetivamente, o ensino médio ou superior e, sem limite de idade, os que sofrerem da incapacidade permanente e total para o trabalho. A pensão de sobrevivência é igual a 40% do valor da retribuição mínima mensal, constante da Tabela Salarial e Promoções Obrigatórias, não podendo ser inferior ao ordenado mínimo nacional.

1306	PENSÃO DE VELHICE	Prestação pecuniária mensal, concedida em vida dos beneficiários que, tenham completado 15 anos civis com entrada de contribuições, com uma densidade contributiva de, pelo menos, 120 dias de registo de remunerações por ano (excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 144 meses com entrada de contribuições) e com idade mínima de 65 anos, para o sexo masculino. Para o sexo feminino a idade estava fixada em 62 anos até 1993 e, a partir de 1994, irá evoluir de 62 para 65 com um aumento de 6 meses por ano civil.
1307	PENSÃO DE VIUEZ	Prestação pecuniária mensal atribuída através do Regime não Contributivo de Proteção Social, ao cônjuge sobrevivente de um beneficiário da pensão social que por si próprio não tenha direito a qualquer pensão e que se encontre na condição de recursos fixada para esta pensão. O montante é igual a 60% da pensão social.
1309	PENSÃO POR INCAPACIDADE PERMANENTE (Por Doença Profissional)	Prestação pecuniária mensal concedida a beneficiários, portadores de incapacidade por doença profissional, devidamente avaliada e certificada pela Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais, e de que resultou redução na sua capacidade geral de trabalho ou ganho. Têm direito a esta prestação, independentemente da idade e sem necessidade de completarem período de garantia, todos os trabalhadores por conta de outrem, desde que vinculados ao regime geral de Segurança Social, os trabalhadores independentes, inscritos facultativamente no regime da doença profissional ou no esquema alargado do regime geral de Segurança Social e os trabalhadores estrangeiros que exerçam atividade em Portugal, desde que no país de origem seja dado igual tratamento aos trabalhadores portugueses.
1310	PENSÃO POR MORTE (Por Doença Profissional)	Prestação pecuniária mensal concedida aos familiares dos beneficiários dos regimes geral de Segurança Social, os trabalhadores independentes, inscritos facultativamente no regime da doença profissional ou no esquema alargado do regime geral de Segurança Social e os trabalhadores estrangeiros que exerçam atividade em Portugal, desde que no seu país de origem seja dado igual tratamento aos trabalhadores portugueses, quando a causa da morte tenha sido doença profissional, e ainda aos familiares dos beneficiários com direito à pensão unificada do regime das doenças profissionais, cuja causa da morte seja estranha à doença profissional, devidamente avaliada e certificada pela Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais.
1312	PENSÃO SOCIAL	Prestação pecuniária mensal concedida a cidadãos portugueses residentes em território nacional e excecionalmente em território estrangeiro, com idade igual ou superior a 18 anos desde que incapacitados para toda e qualquer profissão e a idosos com idade igual ou superior a 65 anos. Em ambos os casos não exercendo atividade profissional, não se encontrando abrangidos por outros esquemas da Segurança Social e não auferirem rendimentos mensais líquidos superiores a 30% da remuneração mínima nacional garantida à generalidade dos trabalhadores, ou 50% desta remuneração, tratando-se de casal.
1315	PENSIONISTA	Titular de uma prestação pecuniária nas eventualidades de: invalidez, velhice, doença profissional ou morte.
4329	PERÍODO DE REFERÊNCIA	Período de tempo a que a informação se refere. Pode ser pontual (um dia específico) ou um intervalo de tempo (p.ex. mês, ano fiscal, ano de calendário).
1454	PLANOS DE POUPANÇA REFORMA (PPR'S)	Constituem certificados nominativos de um fundo de poupança reforma que pode revestir a forma de seguro de vida, fundo de pensões ou fundo de investimento.
208	POPULAÇÃO RESIDENTE	Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

3398	PRÉDIO	Parte delimitada do solo juridicamente autónoma, abrangendo as águas, plantações, edifícios e construções de qualquer natureza nela incorporados ou assentes com carácter de permanência.
5179	PRÉMIO DE SEGURO	Quantia devida pelo tomador do seguro à seguradora, correspondente ao período de duração do contrato. O prémio, que inclui os custos das garantias, as despesas de contrato e os encargos fiscais, é o preço a pagar pelo tomador.
2384	PRÉMIOS E SUBSÍDIOS IRREGULARES	Montante ilíquido pago às pessoas ao serviço, com carácter irregular no período de referência, a título de participação nos lucros, distribuição de títulos ou outras gratificações, e outros pagamentos não periódicos. Inclui pagamentos a título de formação de um património em proveito dos trabalhadores e pagamentos referentes a indemnização de despedimento e pré-aviso efetuados diretamente pela entidade empregadora às pessoas ao serviço. Se o período de referência tiver um tempo de duração inferior ao ano, inclui os subsídios de Natal e de férias.
2382	PRÉMIOS E SUBSÍDIOS REGULARES	Montante ilíquido pago às pessoas ao serviço, com carácter regular, no período de referência, como é o caso dos subsídios de alimentação, de função, de alojamento ou transporte, diuturnidades ou prémios de antiguidade, produtividade, assiduidade, subsídio por trabalhos penosos, perigosos ou sujos, subsídios por trabalho de turnos e noturnos.
1319	PRÉ-REFORMA	Situação em que o trabalhador deixa de trabalhar, total ou parcialmente, antes de reunidas as condições legais para atribuição do direito à pensão de velhice pela Segurança Social, mas usufruindo por parte da entidade patronal de uma prestação que varia entre 25% e 100% da última remuneração auferida pelo trabalhador sobre a qual incide uma taxa bonificada de contribuições para a Segurança Social, ou mesmo isenção contributiva no caso de situações especiais.
1539	PRESTAÇÃO MENSAL POR AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PRÓPRIA	Encargo mensal de capital e juros em dívida para pagamento de empréstimo à aquisição de habitação própria.
1321	PRESTAÇÕES DA SEGURANÇA SOCIAL	Prestações pecuniárias ou em espécie, atribuídas pelo Sistema de Segurança Social no âmbito dos Regimes de Segurança Social e/ou da Ação Social. No âmbito dos Regimes as prestações concretizam-se como direitos. No âmbito da ação social tem natureza tendencialmente personalizada.
1210	PRESTAÇÕES SOCIAIS	Transferências, pecuniárias ou em espécie, com ou sem condições de recursos, às famílias ou particulares, efetuadas pelos regimes de proteção social e destinados a atenuar o encargo que representa para os beneficiários a proteção contra um certo número de riscos ou necessidades.
2075	PRODUTO	Resultado de uma atividade económica, aplicado a bens e serviços
2394	PROFISSÃO	Ofício ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes.
2402	PROFISSÃO PRINCIPAL	Profissão que o indivíduo ocupou mais tempo no período de referência.
3628	PROPRIETÁRIO	Condição em que um elemento do agregado é o titular do alojamento, podendo dispor livremente do mesmo.
3628	PROPRIETÁRIO DO ALOJAMENTO	Titular do direito de propriedade do alojamento que tem o gozo pleno e exclusivo dos direitos de uso, fruição e disposição do mesmo.
3628	PROPRIETÁRIO DO ALOJAMENTO	Titular do direito de propriedade do alojamento que tem o gozo pleno e exclusivo dos direitos de uso, fruição e disposição do mesmo.
1205	PROTEÇÃO SOCIAL	Toda a intervenção de organismos públicos ou privados destinada a minorar, para as famílias e os indivíduos, o encargo representado por um conjunto definido de riscos ou necessidades, desde que não exista simultaneamente qualquer acordo recíproco ou individual.
4337	PROXY	Pessoa que responde no lugar do respondente efetivo.
7167	RÁCIO S80/S20	Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, definido como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 20% de menores rendimentos.

7154	RÁCIO S90/S10	Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, definido como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 10% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 10% de menores rendimentos.
4867	RECEBIMENTO EM GÉNEROS	Bens e serviços obtidos como oferta vinda de entidades ou indivíduos alheios ao agregado, que não tenham por contrapartida qualquer tipo de pagamento monetário nem sejam uma forma de remuneração de trabalho. A sua valorização faz-se pelo preço que o agregado teria de pagar para os adquirir.
1338	REFORMA ANTECIPADA	Possibilidade conferida a determinados grupos de trabalhadores, verificadas determinadas condições, de poderem usufruir de uma pensão de velhice antes de completada a idade legal de reforma.
5095	REFORMADO	Indivíduo que, tendo cessado o exercício de uma profissão, por decurso de tempo regulamentar, por limite de idade, por incapacidade ou por razões disciplinares, beneficia de uma pensão de reforma.
4475	REGIME DE RENDAS PARA HABITAÇÃO	Sistema de contratos de arrendamento que comporta três tipos: renda livre, condicionada e apoiada.
1341	REGIME DE SEGURANÇA SOCIAL DA FUNÇÃO PÚBLICA	Regime de proteção social aplicável aos trabalhadores da administração pública, central, regional e local.
3822	RELAÇÃO DE PARENTESCO	Vínculo que une duas pessoas através de relações de consanguinidade, adoção, ou afinidade, cônjuges entre si e seus familiares, até ao quarto grau.
1973	REMUNERAÇÃO DIRETA (SALÁRIO E ORDENADO DIRETO)	Engloba o montante ilíquido em dinheiro pago ao trabalhador pelo tempo de trabalho efetuado, o pagamento das horas extraordinárias e do tempo trabalhado em dias de descanso semanal ou feriados, os subsídios por turnos, trabalho noturno, por trabalhos penosos, perigosos e sujos e outros ligados à natureza do posto de trabalho, os prémios de estímulo (produção, rendimentos e outros) e outros prémios e subsídios regulares. Exclui o pagamento das horas remuneradas mas não efetuadas.
3923	RENDA	Prestação periódica que o inquilino (no contrato de ARRENDAMENTO) está obrigado a pagar ao senhorio
4476	RENDA APOIADA	Regime de renda cujo valor é calculado com base na taxa de esforço aplicada ao agregado/família do arrendatário e que tem por limite um preço técnico correspondente à renda condicionada aplicável à habitação.
2899	RENDA CONDICIONADA	Regime de renda cujo valor inicial do primeiro ou dos novos arrendamentos é estipulado por livre negociação entre as partes, não podendo, no entanto, exceder por mês o duodécimo do produto resultante da aplicação da taxa das rendas condicionadas ao valor atualizado do fogo no ano da celebração do contrato.
2901	RENDA DO ALOJAMENTO	Ver RENDA PARA HABITAÇÃO
5228	RENDA INFERIOR AO PREÇO DE MERCADO	Renda com valor inferior aos valores praticados no mercado e que se enquadra num dos seguintes regimes: renda condicionada, renda apoiada ou atribuída a alojamento facultado por entidade empregadora a preço reduzido.
2900	RENDA LIVRE	Regime de renda cujo valor inicial é estipulado por livre negociação entre as partes.
7076	RENDA PARA HABITAÇÃO	Quantitativo devido mensalmente ao senhorio pela utilização do alojamento/fogo para fins habitacionais.
3641	RENDIMENTO BRUTO	Rendimento recebido antes da dedução do imposto sobre o rendimento, dos impostos regulares sobre o património, das contribuições obrigatórias dos empregados para regimes de Segurança Social e das contribuições dos empregadores para a Segurança Social.
7156	RENDIMENTO EQUIVALENTE	Resultado obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de "adultos equivalentes", utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. Notas: "Adultos equivalentes" é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE. A escala de equivalência modificada da OCDE atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro de cada agregado. Consideram-se adultos para efeito deste cálculo os indivíduos com 14 e mais anos. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados.

3640	RENDIMENTO LÍQUIDO	Rendimento depois da dedução do imposto sobre o rendimento, das contribuições obrigatórias dos empregados para regimes de Segurança Social e das contribuições dos empregadores para a Segurança Social.
7157	RENDIMENTO MONETÁRIO LÍQUIDO	Rendimento monetário obtido pelos agregados e por cada um dos seus membros, proveniente do trabalho (trabalho por conta de outrem e por conta própria), de outros rendimentos privados (rendimentos de capital, propriedade e transferências privadas), das pensões e outras transferências sociais, após dedução dos impostos devidos e das contribuições para a segurança social.
7158	RENDIMENTO NÃO-MONETÁRIO	Rendimento obtido pelos agregados através de autoconsumo (bens alimentares e outros de produção própria), autoabastecimento (bens ou serviços obtidos sem pagamento em estabelecimento explorado pelo agregado), autolocalização (autoavaliação do valor hipotético de renda de casa pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito), recebimentos em géneros e salários em espécie.
3643	RENDIMENTO PREDIAL	Valor a receber pelo proprietário de um ativo não produzido corpóreo para remunerar o facto de o pôr à disposição de outrem.
1349	RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO	Prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.
7159	RENDIMENTO TOTAL	Soma do rendimento monetário com o rendimento não monetário.
3644	RENDIMENTO TOTAL DE CAPITAL	Rendimento a receber pelo proprietário de um ativo financeiro para remunerar o facto de pôr o ativo financeiro à disposição de outrem, durante o período de referência do rendimento. Incluem-se: - juros de depósitos bancários, de certificados de aforro, de títulos do tesouro, de obrigações; - dividendos e mais-valias relativas a operações financeiras, quer em bolsas de valores, sociedades, fundos de investimento ou fundos em sociedades mutualistas; - quantias recebidas de investimentos em negócios onde o proprietário do ativo financeiro não esteja envolvido como trabalhador. - entre outras mais-valias financeiras.
2697	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	Rendimentos de propriedade são os rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerar o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.
9933	REPRESENTANTE DO AGREGADO DOMÉSTICO PRIVADO	Elemento do agregado doméstico privado, com pelo menos 18 anos, ou menor emancipado ou a trabalhar, que seja considerado como tal pelos restantes membros, devendo sempre ser residente no alojamento.
7059	REPRESENTANTE DO ALOJAMENTO	Pessoa que representa a família residente no alojamento. Notas: quando reside mais do que uma família num mesmo alojamento, será considerado como representante do alojamento o representante da família que se convencie como sendo a família número um.
3642	RESIDÊNCIA PRINCIPAL/HABITUAL	Alojamento que constitui a residência de pelo menos um agregado familiar durante a maior parte do ano, ou para onde um agregado tenha transferido a totalidade ou maior parte dos seus haveres.
3823	RESIDENTE NO ALOJAMENTO	Pessoa que, no período de referência, está presente no alojamento, sendo este a sua residência principal ou que, estando ausente, não ocupa outro alojamento de forma permanente.
215	RESIDENTE PRESENTE	Pessoa que reside no alojamento e que está presente na data da entrevista, ou a ele regressa num prazo de doze horas.
1355	SEGURANÇA SOCIAL	Conjunto de sistemas e subsistemas de direito exercido nos termos estabelecidos na Constituição, nos instrumentos internacionais aplicáveis e na Lei de Bases da Segurança Social.
1396	SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO	Prestação social pecuniária que garante o pagamento de indemnizações ou prestações pré-fixadas ao trabalhador que seja vítima de um acidente de trabalho ou aos seus herdeiros.
7416	SERVIÇO CÍVICO	Serviço que se traduz na participação em tarefas úteis e necessárias à coletividade e que é exclusivamente de natureza civil.
7417	SERVIÇO COMUNITÁRIO	Ver SERVIÇO CÍVICO

3542	SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE - SNS	Conjunto de todas as instituições e serviços oficiais prestadores de cuidados de saúde dependentes do Ministério da Saúde
2405	SITUAÇÃO NA PROFISSÃO	Relação de dependência ou independência de um indivíduo ativo no exercício da profissão, em função dos riscos económicos em que incorre e da natureza do controlo que exerce na empresa.
7818	SOLTEIRO	Estado civil do indivíduo que nunca se casou ou que teve o casamento anulado.
3630	SUBARRENDATÁRIO DO ALOJAMENTO	Pessoa do agregado/família que arrenda o alojamento na sua totalidade ou em parte, mediante o pagamento de uma retribuição periódica a outra entidade ou pessoa não pertencente ao agregado/família e que é o arrendatário desse alojamento.
2884	SUBCONTRATAÇÃO DIRETA	Contratação direta de profissionais de uma determinada atividade que trabalham por conta própria.
3630	SUBLOCATÁRIO OU SUBARRENDATÁRIO	Condição em que um elemento do agregado arrenda o alojamento, na sua totalidade ou em parte, mediante o pagamento de uma retribuição periódica, a outra entidade ou indivíduo, não pertencente ao agregado, que por sua vez é locatário desse alojamento.
6202	SUBSÍDIO À FORMAÇÃO	Financiamento público atribuído a entidades do setor público, privado, social ou cooperativo para promover ou realizar ações de formação profissional.
1360	SUBSÍDIO DE ACOMPANHAMENTO (PARAMILOIDOSE)	Prestação pecuniária de montante igual ao suplemento de grande inválido do Regime Geral de Segurança Social, concedida aos doentes que sofram de um incapacidade funcional igual ou superior a 70% ou que tenham impossibilidade de locomoção e necessitem, em ambos os casos, da ajuda permanente de uma terceira pessoa.
1361	SUBSÍDIO DE ADOÇÃO	Prestação pecuniária, substitutiva do rendimento de trabalho por motivo de adoção de menor de 3 anos, concedidos ao adotando, por um período máximo de 60 dias e de montante equiparado ao subsídio de maternidade.
1364	SUBSÍDIO DE DESEMPREGO	Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reúnam, na generalidade, as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrem, durante, pelo menos, 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centros de emprego; contribuam sobre salários reais. Notas: O período de concessão é estabelecido em função da idade à data do requerimento, nos seguintes termos: a) 10 meses para os beneficiários com idade inferior a 25 anos; b) 12 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 25 anos e inferior a 30anos; c) 15 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 30 anos e inferior a 35 anos; d) 18 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 35 anos e inferior a 40 anos; e) 21 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 40 anos e inferior a 45 anos; f) 24
1429	SUBSÍDIO DE DOENÇA	Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores em caso de doença. É atribuída nos termos da pensão de invalidez (ver pensão de invalidez).
1367	SUBSÍDIO DE FUNERAL	Prestação pecuniária única de montante fixo concedida ao beneficiário, que visa compensar despesas de funeral, pelo falecimento de familiares - cônjuge, descendentes ou equiparados e ascendentes a cargo ou descendentes que confirmam direito ao Subsídio Mensal Vitalício e nas situações relativas a fetos ou nados-mortos. É atribuído aos beneficiários de todos os regimes, exceto do Regime Não Contributivo ou Equiparados e beneficiários do esquema obrigatório do Regime Geral dos Trabalhadores Independentes.
1368	SUBSÍDIO DE LAR	Prestação pecuniária regular concedida aos beneficiários casados ou a viver maritalmente, e aos solteiros, separados, divorciados ou viúvos, com descendentes a cargo com direito ao abono de família, do Fundo Especial de Segurança Social dos Profissionais de Seguros, destinada a apoiar a família na parte de encargos com a manutenção do lar(*).
1426	SUBSÍDIO DE RENDA (COMPENSAÇÃO DE RENDA DE CASA)	Prestação concedida aos beneficiários dos Serviços Sociais (Guarda Fiscal e Forças Armadas).No caso da Guarda Fiscal, o beneficiário não pode ser proprietário de propriedade urbana na localidade onde tem o seu domicílio necessário. No caso das Forças Armadas, a atribuição do subsídio é condicionada pelo rendimento per capita do agregado familiar do beneficiário. A nível de assistência na doença, as prestações dos cuidados de saúde são atribuídas nos termos dos regulamentos da ADSE.

1372	SUBSÍDIO DE RENDA DE CASA ESPECIAL DE CARÊNCIA	Subsídio de renda de casa atribuído aos arrendatários que, estando a receber subsídio de renda de casa ou subsídio de renda de casa especial para deficientes ou que nunca tenham recebido (por não reunirem anteriormente as restantes condições), por motivo de desemprego, doença ou outro, provem que as suas condições económicas tenham sofrido alteração que determine agravamento significativo da sua situação financeira
1373	SUBSÍDIO DE RENDA DE CASA ESPECIAL PARA INQUILINOS DEFICIENTES	Subsídio de renda de casa atribuído a deficientes com grau de incapacidade igual ou superior a 60%, cujo montante é determinado caso a caso.
1374	SUBSÍDIO DE RENDA DE CASA GERAL	Subsídio de renda de casa atribuído aos agregados familiares que para além de se encontrarem nas condições genéricas de atribuição deste subsídio, tenham num determinado ano rendimentos iguais ou inferiores aos limites indicados em tabelas e rendas iguais ou superiores aos limites indicados também nas mesmas tabelas. O montante é variável em função do valor da renda, dos rendimentos, dos limites estabelecidos por lei para estas duas variáveis e da dimensão do agregado familiar e a sua determinação apoia-se em tabelas publicadas anualmente.
1374	SUBSÍDIO DE RENDA DE CASA GERAL	Subsídio de renda de casa atribuído aos agregados familiares que para além de se encontrarem nas condições genéricas de atribuição deste subsídio, tenham num determinado ano rendimentos iguais ou inferiores aos limites indicados em tabelas e rendas iguais ou superiores aos limites indicados também nas mesmas tabelas. O montante é variável em função do valor da renda, dos rendimentos, dos limites estabelecidos por lei para estas duas variáveis e da dimensão do agregado familiar e a sua determinação apoia-se em tabelas publicadas anualmente.
1375	SUBSÍDIO MENSAL VITALÍCIO	Prestação pecuniária mensal atribuída aos descendentes ou equiparados dos beneficiários ou do cônjuge, com idade superior a 24 anos e que se encontrem nalguma das situações condicionantes da bonificação do subsídio familiar a crianças e jovens deficientes, não podendo, contudo, beneficiar da pensão social de invalidez. O montante é igual ao da pensão social do regime não contributivo.
1377	SUBSÍDIO PARA ASSISTÊNCIA A FILHO	Prestação pecuniária concedida à mãe ou ao pai trabalhadores na situação de impedimento do exercício da atividade laboral determinada pela necessidade de prestar assistência inadiável e imprescindível aos filhos, em caso de doença ou acidente medicamente certificados e nos seguintes termos: a) a menor de 12 anos ou, independentemente da idade, a filho com deficiência ou doença crónica, por um período máximo de 30 dias, seguidos ou interpolados, em cada ano civil ou durante todo o período de eventual hospitalização; b) a maior de 12 anos, por um período máximo de 15 dias, seguidos ou interpolados, em cada ano civil. A estes períodos acresce um dia por cada filho além do primeiro.
2890	SUBSÍDIO PARA ASSISTÊNCIA A FILHO COM DEFICIÊNCIA OU DOENÇA CRÓNICA	Prestação pecuniária concedida à mãe ou ao pai trabalhadores na situação de impedimento para o exercício de atividade laboral determinada pela necessidade de prestar assistência a filho com deficiência ou doença crónica por um período até seis meses, prorrogável até ao limite de quatro anos, nas seguintes condições: a) o filho viver em comunhão de mesa e habitação com o beneficiário; b) o outro progenitor ter atividade profissional e não exercer o direito ao respetivo subsídio pelo mesmo motivo ou estar impossibilitado de prestar a assistência.
4776	SUBSÍDIO PARA ASSISTÊNCIA A NETO	Prestação pecuniária concedida à avó ou ao avô trabalhadores durante o período de impedimento para o exercício de atividade laboral, nas seguintes modalidades de prestações garantidas: a) assistência em caso de nascimento de neto, correspondente a um período até 30 dias consecutivos após o nascimento de neto que resida com o beneficiário em comunhão de mesa e habitação e seja filho de adolescente menor de 16 anos; b) assistência a neto menor ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica, pelo período correspondente aos dias não gozados pelos progenitores.

7622	SUBSÍDIO PARENTAL ALARGADO	Prestação pecuniária concedida à mãe ou ao pai trabalhadores, ou a ambos alternadamente, na situação de exercício de licença parental alargada para assistência a filho integrado no agregado familiar, impeditiva do exercício de atividade laboral, por um período até três meses, desde que gozado imediatamente após o período de concessão do subsídio parental inicial ou subsídio parental alargado do outro progenitor.
7618	SUBSÍDIO PARENTAL INICIAL	Prestação pecuniária concedida à mãe e ao pai trabalhadores por um período até 120 ou 150 dias consecutivos, consoante a opção dos progenitores, e cujo gozo pode ser partilhado após o parto. Aos períodos indicados são acrescidos 30 dias consecutivos nas situações de partilha da licença, no caso de cada um dos progenitores gozar, em exclusivo, um período de 30 dias consecutivos, ou dois períodos de 15 dias consecutivos, após o período de gozo de licença parental inicial exclusiva da mãe. No caso de nascimentos múltiplos, aos períodos previstos acrescem 30 dias por cada gémeo além do primeiro.
1361	SUBSÍDIO POR ADOÇÃO	Prestação pecuniária concedida a candidatos a adotantes na situação de adoção de menor de 15 anos, impeditiva do exercício de atividade laboral, exceto no caso de se tratar de adoção de filho do cônjuge do beneficiário ou da pessoa com quem o beneficiário viva em união de facto. O subsídio corresponde ao subsídio parental inicial, com as devidas adaptações.
1378	SUBSÍDIO POR ASSISTÊNCIA DE TERCEIRA PESSOA	Prestação pecuniária mensal que visa compensar o acréscimo de encargos familiares e é atribuída: a) aos beneficiários com descendentes ou equiparados com direito a subsídio familiar, a crianças e jovens com bonificação por deficiência ou ao subsídio mensal vitalício, que se encontrem numa situação de dependência por causas exclusivamente imputáveis à deficiência (sem usufruírem do subsídio de educação especial); b) aos pensionistas de sobrevivência, invalidez ou velhice do regime geral da Segurança Social que se encontrem em situação de dependência.
1379	SUBSÍDIO POR DOENÇA (COM EXCLUSÃO DA TUBERCULOSE)	Prestação pecuniária compensatória do rendimento do trabalho perdido em função da incapacidade temporária para o trabalho, concedida aos beneficiários ativos.
2893	SUBSÍDIO POR FREQUÊNCIA DE ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	Prestação pecuniária de montante variável concedida aos descendentes ou equiparados dos beneficiários de qualquer regime de Segurança Social, exceto alguns grupos do Regime de Seguro Social Voluntário e beneficiários do esquema obrigatório do Regime Geral dos Trabalhadores Independentes, destinada a compensar os encargos resultantes da aplicação de formas específicas de educação especial a crianças e jovens deficientes de idade não superior a 24 anos, designadamente à frequência de estabelecimentos particulares com fins lucrativos ou cooperativos ou entidade fora do estabelecimento, também com fins lucrativos. O montante corresponde à diferença entre a mensalidade devida ao estabelecimento ou ao educador e a comparticipação familiar, dependendo esta da poupança do agregado familiar.
1380	SUBSÍDIO POR MORTE	Prestação pecuniária concedida por uma só vez aos familiares (cônjuges e ex-cônjuges, descendentes ou equiparados e ascendentes) dos beneficiários por morte deste. Na falta daqueles, tem direito a este subsídio outros parentes, afins ou equiparados em linha direta até ao 3º grau da linha colateral. No regime geral o montante é regra geral, igual a seis meses de salário médio, (incluindo o RSSV) que corresponde a 1/24 do salário global dos dois anos civis com remunerações mais elevadas dentro dos cinco que antecedem a última entrada de contribuições. No regime especial de segurança social das atividades agrícolas o montante do subsídio por morte é igual a quatro meses da remuneração média calculada nos termos do RGSS.
1402	SUBSÍDIO POR MORTE	Prestação pecuniária única concedida às pessoas de família a cargo dos aposentados por morte destes. À concessão do subsídio é aplicável o regime fixado na lei para os subsídios por morte dos funcionários em atividade. O montante é igual a seis meses de pensão do aposentado ou vencimento do funcionário no ativo.

1432	SUBSÍDIO POR MORTE	Prestação pecuniária concedida por uma só vez aos familiares pela morte do trabalhador. O montante é calculado nos termos do regulamento do Regime Geral da Segurança Social, ou igual à importância mensalmente recebida pelo falecido, a título de vencimento, ou pensão de doença ou invalidez, conforme o que se mostre, no caso concreto, mais favorável ao beneficiário.
1381	SUBSÍDIO POR RISCOS ESPECÍFICOS	Prestação pecuniária concedida à mãe trabalhadora na situação de impedimento para o exercício de atividade laboral determinada pela existência de risco específico para a beneficiária grávida, puérpera e lactante que desempenhe trabalho noturno ou esteja exposta a agentes, processos ou condições de trabalho, que constituam risco para a sua segurança e saúde nos termos definidos na lei. O subsídio é concedido durante o período necessário para prevenir o risco e pela impossibilidade de o empregador lhe conferir outras tarefas.
1382	SUBSÍDIO POR TUBERCULOSE	Subsídio de doença concedido em condições idênticas ao motivado por outras doenças exceto que não há período de espera nem limite de duração e que os montantes são de 80% ou 100% da remuneração de referência, conforme o beneficiário tenha a seu cargo, respetivamente, até dois ou mais familiares.
1383	SUBSÍDIO SOCIAL DE DESEMPREGO	Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que na situação de desemprego involuntário tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho, estejam inscritos nos centros de emprego e reünam ainda as seguintes condições: tenham esgotado os prazos de concessão do subsídio de desemprego ou tenham sido trabalhadores por conta de outrem, durante pelo menos 180 dias, com o correspondente registo de remunerações, num período de 12 meses imediatamente anterior à data do desemprego, desde que o agregado familiar dos beneficiários não disponha de rendimentos mensais per capita superiores a 80% do valor da remuneração mínima estabelecida por lei para o setor em que desenvolvia a sua atividade.
5432	TAXA DE JURO BONIFICADA	Taxa de juro reduzida segundo determinados parâmetros legais (ficando esse diferencial por conta do Estado), em resultado de situações específicas dos
7160	TAXA DE RISCO DE POBREZA	Proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.
7161	TAXA DE RISCO DE POBREZA ANTES DE TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS	Proporção da população cujo rendimento equivalente, antes de transferências sociais, se encontra abaixo da linha de pobreza.
7162	TAXA DE RISCO DE POBREZA APÓS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS	Proporção da população cujo rendimento equivalente, após transferências sociais, se encontra abaixo da linha de pobreza.
5238	TAXA DE SANEAMENTO	Taxa que incide sobre os prédios urbanos servidos pela rede de saneamento básico (esgotos domésticos) ou nos casos em que não o esteja, tenha condições para vir a estar. Esta taxa é a contrapartida da conservação da rede de saneamento básico executada pelo município. O seu valor faz parte da tabela de taxas e outras receitas do município, e é calculada em função dos m3 de água faturada.
1548	TITULAR DO ALOJAMENTO	Pessoa residente no alojamento na qualidade de proprietário, arrendatário, subarrendatário ou qualquer outra condição de ocupação do alojamento familiar.
5729	TRABALHADOR A TEMPO INTEIRO	Trabalhador cujo período de trabalho tem a duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional e ainda aqueles cujo período normal de trabalho é superior a 75% da duração normal de trabalho aplicável no estabelecimento, podendo o limite percentual ser mais elevado por força da convenção coletiva.
304	TRABALHADOR A TEMPO PARCIAL	Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.
1754	TRABALHADOR COM CONTRATO A TERMO	Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo: a) a termo certo: quando no contrato escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo; b) a termo incerto: quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da atividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração.

1798	TRABALHADOR COM CONTRATO PERMANENTE	Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho sem termo ou de duração indeterminada.
2411	TRABALHADOR FAMILIAR NÃO REMUNERADO	Indivíduo que exerce uma atividade independente numa empresa orientada para o mercado e explorada por um familiar, não sendo contudo seu associado nem estando vinculado por um contrato de trabalho.
3013	TRABALHADOR INDEPENDENTE	Indivíduo que se encontra registado junto das autoridades fiscais enquanto unidade económica distinta e tributável sujeita a impostos adequados, cuja forma de prestação de trabalho não obriga a empresa empregadora aos encargos sociais correspondentes e/ou cuja relação contratual não está regulada pela legislação geral de trabalho aplicável aos trabalhadores por conta de outrem.
1801	TRABALHADOR OCASIONAL	Indivíduo com contrato a termo, cujo trabalho não tem periodicidade definida, ocorrendo esporadicamente sem carácter de continuidade, não sendo cíclico ao longo dos anos.
2412	TRABALHADOR POR CONTA DE OUTRÉM	Indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.
2413	TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA	Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como trabalhador por conta própria como isolado ou como empregador.
2407	TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA COMO EMPREGADOR	Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalharem na sua empresa.
2450	TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA COMO ISOLADO	Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, habitualmente, não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para com ele trabalhar(em). Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar.
1805	TRABALHADOR TEMPORÁRIO	Indivíduo que celebra com uma empresa de trabalho temporário um contrato de trabalho temporário, pelo qual se obriga a prestar a sua atividade profissional a utilizadores, a cuja autoridade e direção fica sujeito, mantendo, todavia, o vínculo jurídico-laboral à empresa de trabalho temporário, sendo por esta remunerada.
7163	TRANSFERÊNCIAS MONETÁRIAS PAGAS A OUTROS AGREGADOS	Todas as transferências regulares, em dinheiro, pagas a outros agregados residentes ou não residentes no país.
3645	TRANSFERÊNCIAS MONETÁRIAS RECEBIDAS DE OUTROS AGREGADOS	As transferências monetárias recebidas de outros agregados domésticos privados correspondem a todas as transferências regulares, em dinheiro, recebidas de outros agregados residentes ou não residentes no país. Em particular, inclui as remessas feitas por emigrantes ou empregados estabelecidos com carácter permanente no estrangeiro (ou trabalhando no estrangeiro por um período de um ano ou superior). Inclui também casos em que um dos pais paga uma contribuição para a ajuda nas despesas dos filhos (excetuando as pensões de alimentos) que não residem com ele e que estão a cargo de outrem (normalmente o outro progenitor). Exclui transferências a título excecional e irregular, como heranças.
7165	TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS EM SENTIDO LATO	Inclui pensões provenientes de planos individuais, privados ou públicos (prestações de velhice e sobrevivência) e outras transferências sociais relativas a família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego, combate à exclusão social.
7164	TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS, EXCLUINDO PENSÕES	Inclui os apoios à família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego, combate à exclusão social.

X. CLASSIFICAÇÕES

- Lista de classificações utilizadas:

Código (versão)	Designação (versão)	Sigla
V00153	Sexo	
V00180	Tipologia Sim/Não	
V00263	Classificação de estado civil, 2003	
V00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa – PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	
V00460	ISO 3166-1 – Norma Internacional – Códigos para a Representação dos Nomes dos Países (ISO alpha2)	ISO alpha 2
V00554	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3	CAE Rev. 3
V00906	Composição do agregado doméstico privado (ICOR)	
V03486	Tipologia de áreas urbanas, 2014	
V01162	Tipos de rendimento (IDEF)	
V00163	Quintis de rendimento	
V01651	Escalões mensais de renda/ prestação de crédito à habitação (ICOR, €)	
V02014	Classificação Portuguesa de Profissões, 2010 (CPP 2010)	CPP 2010
V02686	Lista de níveis de educação/cursos extintos, 2012 (lista cumulativa)	
V02688	Níveis de educação - variante 30	
V02836	Grau de urbanização (Eurostat), 2011	
V03106	Tipos de respondente (3)	
V03093	Condição perante o trabalho (ICOR 5)	
V03094	Regime de ocupação do alojamento (ICOR 3)	
V03095	Regime de renda de habitação	
V03102	Resultado do contato/entrevista (indivíduo, ICOR 2)	
V03144	Tipos de contrato de trabalho - variante 9	
V03308	Tipologia sim/não (sim, era pós-Bolonha; não sabe)	
V03309	Escalões etários (duração da licenciatura completada)	
V01632	Estado civil - variante 1	
V01638	Situação na profissão - variante 6	
V02988	Natureza jurídica da empresa ou organização onde exerce a profissão principal	
V03495	Tipod de ligação à Internet (fixa/móvel)	
V03496	Modo de conservação dos alimentos (2)	
V03497	Tipos de consumo (IDEF 2)	
V03498	Sistema de comparticipação da saúde (3)	
V03499	Tipos de consumo (IDEF 3)	
V02983	COICOP 2013 - 5 dígitos	
V03500	COICOP - 5-dígitos - variante 1	
v03501	Listas de empresas fornecedoras (bens e serviços)	

XI. SIGLAS E ABREVIATURAS

- Lista de abreviaturas e acrónimos (siglas) utilizados:

Código	Designação	Extensão
5079	CAPI	Entrevista Presencial Assistida por Computador
8264	COICOP	Classificação de Consumo Individual por Objetivo
2140	DES/CV	Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais/ Serviço de Estatísticas das Condições de Vida
4134	EUROSTAT	Serviço de Estatística das Comunidades Europeias
8306	HBS	Household Budget Surveys
5520	ICOR	Inquérito às Condições de Vida e Rendimento
7308	IDEF	Inquérito às Despesas das Famílias
4172	INE	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
8265	IOF	Inquérito aos Orçamentos Familiares
4176	IPC	Índice de Preços no Consumidor
8266	IRDF	Inquérito às Receitas e Despesas Familiares
4201	NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
8267	OHCHR	Alto Comissariado para os Direitos Humanos
4207	OMS	Organização Mundial de Saúde
4226	SEN	Sistema Estatístico Nacional
5342	UNECE	Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa
8042	FNA	Ficheiro Nacional de alojamentos
8226	INS	Inquérito Nacional de saúde
8221	INSPIRE	Infraestrutura de Informação Geográfica na Comunidade Europeia
8044	PSU	Unidade primária da amostra
8307	SANCO	Direção Geral de Saúde e Consumidores da Comissão Europeia;

XII. BIBLIOGRAFIA

"Household Budget Surveys in the EU - Methodology and recommendations for harmonisation", Eurostat, edição de 2003"

"Data transmission for the HBS round of the reference year 2005", Eurostat, versão revista em 2004

Regulamento CE nº2454/97 da Comissão de 10 de Dezembro de 1997

Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000 - principais resultados", INE, 2002

Inquérito aos Orçamentos Familiares 1994-1995 - resultados", INE, 1997

"Inquérito às Despesas das Famílias 2005-2006, INE, 2008"

"Inquérito às Despesas das Famílias 2010-2011, INE, 2012"

Inquérito às Despesas das Famílias - IDEF 2010 - Manual do entrevistador, DES/CV, Janeiro 2010

Description of the data transmission for the Household Budget Survey (HBS) for the reference year 2015, Eurostat